



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Departamento de Artes e Humanidades

LICENCIATURA EM PATRIMÓNIO CULTURAL

Monografia de Seminário

São Clemente de Loulé

Igreja Matriz

Vanda Raquel de Jesus Pereira n°33346

ORIENTADOR *Professor Doutor Francisco Teixeira*

Faro, Gambelas, 2012

Índice

| | |
|--|-----------|
| Agradecimentos | 2 |
| Resumo / Abstract | 3 |
| Introdução | 5 |
| 1. A Al-'Ulyã | 8 |
| 1.1. Domínio muçulmano - contexto urbano | 8 |
| 1.2. A Mesquita como legado islâmico | 14 |
| 2. A reconquista de Loulé - Nota Histórica | 19 |
| 3. Evolução construtiva de S. Clemente - organização do espaço temporal | 22 |
| 3.1. Localização | 22 |
| 3.2. A Ordem de Santiago, em S. Clemente - contributos e recompensas depois da reconquista territorial | 26 |
| 3.3. Evolução construtiva de S. Clemente | 29 |
| 3.4. Análise arquitetónica e elementos escultóricos | 38 |
| 4. S. Clemente como Monumento Nacional sob proteção da DGEMN - Campanhas de Obras | 55 |
| Conclusão | 60 |
| Bibliografia | 63 |
| Anexos | 67 |
| Anexos I - Mapas e Plantas | 67 |
| Anexos II - Fotos e Ilustrações | 75 |
| Anexos III - Documentos | 92 |

Agradecimentos

Para a realização deste trabalho foram essenciais os contributos de muitas pessoas, sem as quais não teria sido possível prosseguir. Da Universidade do Algarve, agradeço em primeiro lugar ao meu orientador, o Professor Doutor Francisco Teixeira, por ter-me dado a ideia do tema e pela sua disponibilidade e auxílio sempre que necessário nas minhas dúvidas.

Agradeço à minha mãe, pelo apoio, sempre ao longo dos três anos de curso e por ter acreditado em mim, sobretudo nesta fase final, em que passava noites em branco a fazer-me companhia. Agradeço ao meu pai e ao meu avô, que apesar de não estarem presentes em corpo, estão guardados no meu coração.

Agradeço aos meus tios e por fim aos meus amigos, que me apoiaram, e ouviram nas horas mais difíceis, porque sem eles também não estaria aqui.

Obrigada Susana Gomes pelos passeios agradáveis a Loulé foram uma lufada de ar fresco, pela companhia e pela amizade.

Resumo

A Igreja de São Clemente foi presumivelmente edificada a partir do século XIII, prolongando-se as suas obras até ao início do século XV. Localizada em Loulé, integra-se no núcleo da antiga da cidade onde foi edificada, no local ocupado pela antiga mesquita almóada, reaproveitando a sua estrutura após a Reconquista Cristã do Algarve, para servir os habitantes da vila conquistada.

Inserida no estilo gótico de índole paroquial, a igreja de S. Clemente, enquadra-se na tipologia comum de igrejas paroquiais, que adotando um simplificado modelo de templo mendicante, cobriu grande parte da paisagem portuguesa dos séculos XIII ao XV, com planta de três naves, cobertura em madeira e cabeceira tripartida abobadada.

Apresentando nos seus elementos estruturais indícios dos cânones das ordens mendicantes, patenteados nas características da cobertura, na amplitude, das soluções espaciais que exprimem a austeridade na vivência conventual, na modéstia e ainda no naturalismo dos elementos escultóricos, característicos também do gótico paroquial, devido à carecida situação financeiras de muitas paróquias.

A presente monografia de Seminário, tem como objetivo o estudo deste edifício, datando-o e caracterizando-o no que respeita à arquitetura e escultura arquitetónica, contribuindo deste modo para reavivar a memória deste Monumento Nacional.

Abstract

The Church of São Clemente was presumably built from the XIII century extending its works until the XV century. Located in Loulé, is part of the ancient city core where was built on the site occupied by the former almohad mosque, reusing its structure after the Christian Reconquest of the Algarve, to serve the villagers.

Inserted in the parochial gothic style, the church of São Clemente fits the common typology of parochial churches, which adopting a simplified model of the mendicant temple covered a large part of the Portuguese landscape from the XIII to XV centuries, with three naves, wooden covering and tripartite domed headboard.

The present monograph aims to study this building, dating and characterizing it, with regard to the architecture and architectural sculpture, thereby contributing to revive the memory of this National Monument¹.

¹ Tradução de Gilda David

Introdução

A presente investigação pretende estudar a Igreja de São Clemente de Loulé, inserindo-se no âmbito da disciplina de Seminário do 3º ano da licenciatura em Património Cultural da Universidade do Algarve. Trata-se de um tema da História da Arte, cujo fundamental objetivo é, a análise em termos arquitetónicos e a nível dos elementos escultóricos, sendo a igreja de São Clemente, considerada a mais típica das construções góticas algarvias, permitindo inseri-la no amplo movimento gótico paroquial de cariz mendicante.

Fundada no século XIII, a partir da construção da antiga mesquita da *Al-Ulyã*, reaproveitando o que ficou desta estrutura após a Reconquista, outorgando à igreja uma possível orientação primitiva, diferente da que encontramos atualmente. A Igreja de S. Clemente, Matriz de Loulé, tem como data charneira o dia 20 de Março de 1251, sendo provável que o responsável pela encomenda tenha sido o Arcebispo de Braga, D. João Viegas.

Apesar das suas obras terem começado no período trecentista, (prolongaram-se durante pelo menos mais dois séculos, passando por algumas campanhas de reconstrução, sendo esta modificada ao longo dos tempos) e das suas pequenas dimensões é assinalada como detentora de um magnífico acabamento.

Classificada como Monumento Nacional em 1924, a Igreja de S. Clemente, não tem sido alvo de grandes estudos, o mais abrangente até agora foi elaborado, pela autoria de Susana Carrusca, que independente do mérito do seu trabalho, confere um olhar generalizado sobre a igreja através dos períodos, medieval e moderno, tratando de forma sucinta, retirando enfoque a pequenas particularidades que não deixam de ser relevantes sobre as suas características. Todavia sobre o ponto de vista da História da Arte, apenas Pedro Dias e Paulo Pereira, salientam de forma mais analítica do ponto de vista arquitetónico e escultórico as particularidades que evidenciam a obra de S. Clemente, como expressão artística do movimento gótico.

Naturalmente que o gótico português, não é comparável com o dos grandes centros urbanos europeus e, efetivamente a maioria dos templos, quer paroquiais, quer monásticos eram, construídos com grande economia de meios, no entanto a diferença não está somente patenteada na qualidade, na técnica ou estética das obras (porque estes elementos variam de país para país e inclusive de região para região) mas,

igualmente nas dimensões das obras. Contudo, não é pelas construções arquitetónicas possuírem menores dimensões, inferior qualidade construtiva, ou uma técnica distinta no que trata aos estaleiros, que a obra é menos gótica. E S. Clemente é testemunho disso porque, apesar das suas dimensões e simplicidade, (também pelo uso dos cânones mendicantes) tanto a nível do pano exterior como do espaço interior, é esta particular simplicidade que torna a igreja Matriz ainda mais gótica, através da espacialidade existente nas naves proporcionada também, pelo reaproveitamento do espaço da antiga mesquita, pois ter-se-á reutilizado as paredes-mestras da construção islâmica, (o que faz com que a igreja possua uma planta dita especial, algo quadrangular), assim como os fustes das colunas e a torre *alminar*, transformada em torre sineira, para o espaço do novo culto, trazido pela Reconquista como iremos analisar mais à frente.

Assim a motivação para a realização desta dissertação surgiu, pelo gosto que a arquitetura gótica, desperta em nós, e por a questão dos seus primórdios (se assim o podemos chamar), que é a tentativa de descobrir como surgiu este edifício, associado a antigos costumes, diferentes dos nossos hábitos cristãos, datando-o e classificando-o no que respeita à arquitetura e escultura arquitetónica, contribuindo deste modo para reavivar a memória deste Monumento.

Com efeito neste trabalho propomo-nos fazer, um estudo do edifício do ponto de vista artístico, no entanto sem descartar os factos históricos. Adotamos como método de investigação inicial a recolha de bibliografia, primeiramente documental depois fotográfica, o que levou a visitas à igreja, não só para fotografá-la mas para adquirir um conhecimento mais profundo sobre o edifício. Posteriormente à fase de recolha e seleção de informação, iniciamos a fase de seleção de informação e reflexão sobre a mesma, permitindo fazer uma apreciação e colocar em destaque, quais as questões essenciais a explorar neste estudo. Decidiu-se então, estruturar o trabalho em quatro capítulos:

No primeiro capítulo, o objetivo é fazer um enquadramento do contexto urbano, sobre o domínio muçulmano em Loulé, antiga *Al-Ulyã*, através de referências escritas por autores árabes, e por outros estudiosos como Cláudio Torres, Santiago Macias, Helena Catarino e Susana Carrusca, que irão dar-nos informação sobre vestígios arqueológicos conservados deste período, de forma a compreendermos a organização do espaço da cidade islâmica. Neste capítulo faremos ainda referência à toponímia da palavra árabe *Al-Ulyã*, assim como destacaremos elementos construtivos que terão sobrevivido deste período, para posteriormente podermos perceber a planimetria do

espaço da igreja Matriz, ocupado anteriormente pela mesquita da cidade islâmica, da qual sobreviveu o minarete. Este capítulo colocará questões sobre o espaço arquitetónico da mesquita, deixando em aberto algumas questões que não obtiveram resposta, devido à falta de documentação; tentamos descobrir onde estaria localizado o *mihrab*, (nicho orientado para Meca) recorrendo à leitura e análise das Visitações da Ordem de Santiago e de Memórias Paroquias contudo, a informação não permitiu ser conclusiva.

No segundo capítulo procurou-se redigir uma nota histórica sobre a Reconquista Cristã de Loulé, através do recurso a fontes como: *A Crónica da Conquista do Algarve*, publicada primeiramente por Frei Joaquim de Santo Agostinho no fim do século XVIII, *Corografia do Reino do Algarve* por Frei João de São José, escrita em 1577, *Portugal na Espanha Árabe* de António Borges Coelho e, *A Conquista do Algarve aos mouros* de Joaquim Romero Magalhães.

O terceiro capítulo é de ordem mais analítica, diz respeito à evolução construtiva de S. Clemente e à organização do espaço temporal: entrega da igreja à Ordem de Santiago como recompensa depois da Reconquista. Procurou-se perceber a evolução construtiva da igreja ou seja, quando teve o seu início e quanto tempo demorou até à sua total edificação, na medida em que, houve um longo percurso até a Matriz estar concluída, o que pode-mos verificar através da consulta das Atas de Vereação de Loulé dos séculos XIV e XV, onde consta a problemática e o desinteresse a que a obra esteve sujeita. Por último a análise arquitetónica e dos elementos escultóricos da igreja paroquial gótica, tendo em consideração a investigação de historiadores da arte como: Pedro Dias e Paulo Pereira. Na análise iremos colocar em questão o porquê do gótico paroquial utilizar os cânones mendicantes, focando-nos na arquitetura e escultura arquitetónica exterior e interior do edifício.

Para finalizar no quarto capítulo, o objetivo é datar cronologicamente as campanhas levadas a cabo pela Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, depois do edifício ter sido classificado como Monumento Nacional. Para isto foi necessário pesquisar os relatórios da DGEMN, através da base de dados digital que se encontra disponível via internet, que dispõe de um arquivo documental e fotográfico.

Nos anexos reunimos todos os documentos, plantas, mapas e fotografias que consideramos relevantes para a compreensão do estudo em questão.

1. A Al-'Ulyã

1.1. Domínio muçulmano - contexto urbano

“Se há cidades algarvias que devem muito do seu passado histórico aos Muçulmanos, Loulé é precisamente uma das que só neste período ascende à categoria de centro urbano”². Após as invasões muçulmanas no início do século VIII, o território que hoje corresponde ao concelho de Loulé integra a história política do mundo islâmico até ao século XIII, momento em que ocorre a reconquista cristã³.

A cidade de Loulé foi no Algarve um dos mais vastos aglomerados urbanos de época islâmica, com cinco hectares de área amuralhada, enquanto as três principais cidades algarvias da época Faro, Silves e Tavira tinham sensivelmente sete hectares de área intramuros⁴.

No entanto as informações e os vestígios conservados sobre Loulé, no que respeita ao período islâmico não abundam, restando apenas desta época fragmentos das antigas muralhas, alguns torreões em taipa e a Igreja de São Clemente, que terá substituído a mesquita, tornando-se uma estrutura urbana, que herdada da anterior foi crescendo e readaptando espaços civis e funcionais⁵.

Que sabemos nós então sobre a história de Loulé, e sobre a sua *Madinat* na época islâmica? Sendo quase inexistentes testemunhos escritos sobre o período islâmico em Loulé, dado que os historiadores islâmicos somente referem Loulé para, indicar a sua existência ou a origem de homens notáveis⁶.

Os trabalhos arqueológicos realizados são uma peça fundamental para definir o que realmente sucedeu em Loulé durante a ocupação islâmica, permitindo identificar o legado islâmico, posicionando a *iqlim* Louletana “no seio de um círculo mais alargado,

² Helena Catarino, *Herança Islâmica na Madinat al-'Uliã (Loulé) – Arqueologia e Território in Património Islâmico dos centros urbanos do Algarve: Contributo para o futuro* – s.l., Comissão de coordenação da região do Algarve, s.d., p. 130

³ Susana Carrusca, *Loulé, O património artístico*, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 2001, p.60

⁴ Cláudio Torres e Santiago Macias, *A Arte Islâmica no Ocidente Andaluz, História da Arte Portuguesa vol. I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 157

⁵ Helena Catarino, *op. cit.*, p.130

⁶ José D. Garcia Domingues, *O Místico Louletano Al- Oriani e o pensamento filosófico-teológico do Islame Ocidental*, Lisboa, s.n.,1954, p.15

sem dúvida fundamental, para a contextualização do fenómeno político, social e artístico que ali se instalou e desenvolveu, após 1249”⁷.

O desenvolvimento económico, verificado desde os finais do califado de Córdoba e durante os Reinos de Taifa, refletiu-se na subdivisão de unidades locais, em novos distritos agrícolas onde, no século XII, se constroem fortificações de taipa, que em época almóada são urbanizadas, tornando-se estratégicos pontos de defesa⁸.

Através das referências escritas por autores árabes, é possível termos conhecimento de que Loulé aparece como núcleo urbano nos séculos XII/XIII, com os almóadas, tendo crescido os seus espaços urbanos e periurbanos depois da reconquista⁹. Não obstante as informações sobre o núcleo urbano surgem apenas mencionadas nas fontes árabes tardias: Crónica anónima dos Merínidas, nas obras de *Ibn Saíd Al-Magribí* e de *Abd Aluhaid*, sendo indicado o espaço como *Madinat Al-'Ulyã*¹⁰. E também nas crónicas da reconquista do Algarve¹¹. Tanto o autor da Crónica anónima dos Merínidas como, *Ibn Saíd*, referem-se a uma 'Ulyã situada no Algarve, termo que precedido do artigo árabe, deu *Al-'Ulyã*, Laulé e por fim Loulé.

O historiador David Lopes através do manuscrito de *Ibn Saíde*, existente na Biblioteca da Real Academia de História de Madrid, ofereceu-nos uma confirmação geográfica, verificando que 'Ulyã é o nome da cidade a ocidente e a noroeste de Faro¹². O mesmo manuscrito revela-nos que Loulé era então a cidade designada como «*madinati Al-'Ulyai*» ou seja «da cidade de Loulé»¹³.

Ainda na crónica árabe de *Abd Aluhaid*, Loulé surge relatada, pela primeira vez, nas vésperas da reconquista cristã, como sendo uma pequena Almedina (cidade) fortificada e próspera, pertencente ao Reino de Niebla, sob o comando do Taifa *Ibne Mafon*¹⁴, e nas crónicas da reconquista do Algarve como sendo uma comarca micro-regional possuidora de castelo e alcaria¹⁵.

⁷ Maria de Fátima Botão, *A construção de uma identidade urbana no Algarve medieval - o caso de Loulé*, s.l., Caleidoscópio, 2009, p.50

⁸ Helena Catarino, *op. cit.*, p.137

⁹ *Idem, ibidem*, p.130

¹⁰ Maria de Fátima Botão, *op. cit.*, p. 50

¹¹ Helena Catarino, *op. cit.*, p.137

¹² José D. Garcia Domingues, *O Místico Louletano Al-Oriani e o pensamento filosófico-teológico do Islame Ocidental*, Lisboa, s.n.,1954, p.11

¹³ *Idem, ibidem*, p.12

¹⁴ Pedro Serra, *Loulé história e expansão urbana*, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 1996, p.3

¹⁵ Helena Catarino, *op. cit.*, p.137

O significado da palavra *Al-'Ulyã* aparece-nos como detentora do sentido de «outeiro» ou seja «elevação», «grandeza», «altura», sentido o qual, não vai nem contra a origem etimológica da palavra, nem contra a configuração orográfica da atual cidade de Loulé. A *Al-'Ulyã* dos árabes era portanto, uma povoação situada numa elevação a noroeste de Santa Maria do Algarve (Faro)¹⁶.

Em meados do século XI, depois da fundação do reino de taifa de Santa Maria de *Harun*, Loulé aparecia como uma estrutura urbana com território agrícola próprio, apresentando-se nos séculos XII/XIII claramente como uma estrutura defensiva de algum relevo elevada à categoria de núcleo urbano, consolidando-se como a estrutura urbana da *Madinat Al-'Uliã*¹⁷.

O foral de Loulé de 1266, outorgado por D. Afonso III, testemunha a importância deste centro urbano no século XIII, como refere Isilda Maria Pires Martins¹⁸. Assim como a importância da comunidade mourisca, na vida urbana de Loulé, como povoação do interior, para onde convergiam os produtos da serra e cujas ligações ao litoral são Quarteira e em especial Faro. Loulé funcionara assim como um centro de segundo nível, entre os núcleos da costa e as comunidades disseminadas do interior¹⁹.

Como era comum no urbanismo islâmico medieval, a cidade era composta por dois elementos fundamentais: a alcáçova e a medina²⁰. A alcáçova era implantada dentro das muralhas num local estratégico, localizando-se geralmente na parte mais alta de um núcleo urbano, pois constituía o último refúgio militar. Seria então a zona em cota mais elevada e mais protegida com funções de defesa, (zona acastelada para uma guarnição militar) que continha no seu interior a residência dos responsáveis²¹.

A medina era envolvida por muralhas, e no seu interior habitava a população residente: comerciantes, artesãos, “*e recolhia à noite a gente que trabalhava nas hortas e nos arrabaldes*”²².

No cenário urbano da *Al-Ulyã* (Loulé) a situação era idêntica, com os seus cinco hectares de área amuralhada, construí-se no local militarmente mais estratégico a

¹⁶ José D. Garcia Domingues, *op. cit.*, p.12

¹⁷ Maria de Fátima Botão, *op. cit.*, p. 53

¹⁸ Isilda Maria Pires Martins, *O Foral de Loulé de 1266*, Faro, Câmara Municipal de Loulé, 1985, p.29

¹⁹ João Carlos Garcia, *O Espaço Medieval da conquista no sudoeste da Península Ibérica*, Lisboa, Império, 1989, pp.79 e 80

²⁰ Susana Carrusca, *op. cit.*, p.62

²¹ *Idem, ibidem*, p. 62

²² *Idem, ibidem*, p. 62

alcáçova, rodeada por muralhas, (local que foi posteriormente adaptado a castelo pelos cristãos) e no interior a residência do senhor ou chefe militar²³.

Como importantes vestígios da alcáçova árabe sobrevivem três torres ligadas por muralhas sendo uma das torres albarrã, de alvenaria (Anexo II, Fig.1) e a manutenção de um topónimo nas imediações (Rua da Barbacã - Anexo I, Planta 2) que sugere a existência de uma muralha mais baixa paralela às muralhas do castelo²⁴. A alcáçova e o que resta das suas torres encontra-se a noroeste, sendo a torre albarrã, já da Baixa Idade Média²⁵. A segunda das três torres encontrasse adossada à face exterior da muralha (Anexo I, Planta 1 - nº18) e a terceira (Anexo I, Planta 1 - nº19, Anexo II Fig.2), uma grande torre retangular construída sobre a muralha, avançando a sua enorme massa tanto para o lado de dentro, como para fora dos muros explicam Isilda Pires Martins e José Luís de Matos nas pesquisas realizadas no âmbito do estudo sobre as muralhas de Loulé²⁶.

Este espaço correspondente à alcáçova sofreu muitas alterações tardo-medievais e de época moderna, quando se edificou a alcaidaria do castelo de Loulé, onde atualmente encontramos as dependências do Museu Municipal de Arqueologia²⁷. O edifício apalaçado que serviria para residência do senhor da *Al-Ulyã*, situado no interior da alcáçova insere-se também no espaço da alcaidaria, e os vestígios arqueológicos habitacionais existentes no subsolo do Museu Arqueológico, pertencem seguramente a este edifício residencial, assim o diz Susana Carrusca ²⁸ (Anexo I, Planta 3).

Contudo é destacada ainda outra torre albarrã de taipa, a sul (perto da Igreja Matriz) no pano da muralha e ligada a esta por uma pequena ponte, introduzida hoje em dia, no meio das construções que a ocultam em grande parte. Apesar desta torre se encontrar um tanto deteriorada já na parte de cima e nas superfícies exteriores, é certamente um dos poucos restos da primitiva muralha árabe²⁹. (Anexo II, Fig.3 e 4, Anexo I, Planta 1 - nº3). Esta torre albarrã apelidada por “Torre da Vela”, localiza-se em linha paralela à Rua Duarte Pacheco antiga *Corredoura*³⁰.

²³ *Idem, ibidem*, p. 63

²⁴ *Idem, ibidem*, p. 63

²⁵ Helena Catarino, *op. cit.*, p.138

²⁶ “V” Isilda Pires Martins e José Luís de Matos, *Muralhas de Loulé*, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 1986, s.p.

²⁷ Helena Catarino, *op. cit.*, p.139

²⁸ Susana Carrusca, *op. cit.*, p.64

²⁹ Isilda Pires Martins e José Luís de Matos, *op. cit.*, s.p.

³⁰ Susana Carrusca, *op. cit.*, p.72

As muralhas de taipa que cercavam a medina em época almóada, sofreram sucessivas reconstruções posteriores à reconquista. Persistindo hoje escassos panos de muralha e torres dispersas, que podem ser vislumbrados porque estão integrados na atual malha urbana, sendo possível reconstituir aproximadamente o perímetro total das fortificações pertencentes à muralha de Loulé³¹.

No que diz respeito às referências formuladas sobre o núcleo urbano de Loulé através dos artefactos arqueológicos encontrados, existem algumas divergências. Na opinião de Helena Catarino o núcleo é seguramente uma das poucas fundações islâmicas *ex nihilo*, a partir de um povoamento inicialmente disperso, sem quaisquer antecedentes urbanos romanos ou visigóticos, cuja data de fundação ainda não está bem definida. Na medida que esta cidade surge apenas pela primeira vez mencionada nas fontes árabes tardias³². Mas devido à descoberta de uma ara com inscrição romana, consagrada a Diana Silvestre, incrustada na torre sineira da Igreja de São Clemente entre outros vestígios encontrados na cidade, mais precisamente, no solo de uma das duas torres do castelo de Loulé, permitiu à arqueóloga Isilda Pires Martins colocar em evidência uma presença pré-islâmica.

No entanto estudos arqueológicos mais recentes realizados sob a direção da arqueóloga Isabel Luzia revelam que os vestígios existentes mais antigos respeitam ao período islâmico, ganhando relevo a teoria de uma fundação islâmica *ex nihilo*, sem antecedente de uma *civitas* romana, os achados relativos a um período anterior³³. Este facto reforça a opinião de que a povoação original é desta época; mas a falta de materiais arqueológicos emirais e califais torna mais difícil localizar no tempo esta fundação. “No estado atual dos conhecimentos, podemos dizer apenas que, aparentemente, a concentração habitacional em Loulé só terá começado no século XI, embora o espólio até agora recolhido seja sobretudo dos séculos XII e XIII, com a maioria a corresponder ao momento que antecede a reconquista”³⁴.

Nas medinas andaluzas, a localização dos espaços comerciais e de armazenamento, junto à mesquita ou palácio, na zona dos acessos, entre o centro e as portas da povoação parece ser algo frequentemente assinalável. Portanto os açougues (*al suk*), as fangas (*fanka*), e fornos de pão dos Sarracenos, surgem mencionados no foral de 1266, onde Afonso III os reclama como monopólio da coroa, logo não nos

³¹ Helena Catarino, *op. cit.*, p.139

³² *Idem, ibidem, op. cit.*, pp.132/133

³³ Maria de Fátima Botão, *op. cit.*, pp. 50/52

³⁴ Helena Catarino, *op. cit.*, p.140

surpreenderá, que parte dos silos identificados em Loulé, se encontrem nas imediações de certos eixos de acesso, quer no sentido da alcáçova, quer da mesquita. “Na sequência de um processo de demolição de edifícios e de terraplanagem, em 1990, na zona da cerca do Convento do Espírito Santo, foi possível evidenciar uma ocupação local, ao longo de diversas fases, com materiais datáveis entre os séculos XII e XVII (...), para o período de ocupação mais antiga junto à muralha muçulmana, uma estrutura habitacional de silos escavados na rocha, cujo conteúdo revolvido incluía cerâmica almóada”³⁵ (Anexo I, Planta 1 - nº14 - a cerca do convento localizava-se no eixo nordeste da muralha).

Como é norma nas povoações árabes, o cemitério (escavado recentemente) situava-se no espaço exterior ou periurbano à muralha. Neste caso precisamente junto da estrada que faz ainda hoje, a ligação entre Loulé e Salir³⁶. A *al-maqbara* (cemitério) da época Almóada louletana obedecia à disposição frequente das necrópoles muçulmanas, estendendo-se nas imediações da muralha, acompanhando as principais vias de acesso e passagem para cidade, separando escrupulosamente o mundo dos mortos do mundo dos vivos³⁷.

Porém apesar do que foi dito anterior, ainda que a informação seja demasiado vaga e imprecisa, devemos refletir sobre a questão da organização urbanística de Loulé, na medida em que, existem alguns eixos viários que atravessam a cidade de nascente a poente e de sul a norte, como uma via secular que remontava à época romana. Esta via fazia a ligação entre a *Porta de Faro* e a *Porta da Vila* (sul, norte) e entre a *Porta do Sol* e a de *Porta de Silves* (nascente, poente)³⁸ (Anexo I, mapa 1). E ainda duas pontes que testemunham a presença de um itinerário que atravessa o povoado (Alámos e Tôr) e topónimos de vilas rústicas (Clareanes e Apra)³⁹. Por via dos itinerários da reconquista, conhece-se uma ligação inter-regional ao Alentejo que saía de Beja para Faro, com trânsito por Almodôvar, Salir e Loulé, que corresponderá provavelmente a uma antiga via romana que esteve em uso até aos finais da época medieval⁴⁰.

³⁵ Ana Gonçalves, *Intervenção Arqueológica no Convento Espírito Santo*, in Revista Al-Ulyã, Loulé, nº4, Câmara Municipal de Loulé 1995, pp. 51-61

³⁶ Helena Catarino, *op. cit.*, p.139

³⁷ Maria de Fátima Botão *op. cit.*, p.56

³⁸ Susana Carrusca, *op. cit.*, pp.63 e 73

³⁹ Pedro Serra, *op. cit.*, p. 3

⁴⁰ Luís Filipe Oliveira, *Caminhos da terra e do mar no Algarve Medieval in Actas das I Jornadas, as vias do Algarve da Época Romana à Actualidade*, São Brás de Alportel, Câmara Municipal de São Brás de Alportel / CCDR Algarve, s.d.,p.33

Podemos concluir portanto, que nos dias que correm “não podemos ter grandes ilusões em relação ao que já se perdeu, devido, em parte, ao impacto da guerra, à rápida transformação das cidades após a reconquista e, sobretudo, pela incúria dos que nos precederam, nas últimas décadas”⁴¹. Evidentemente “desapareceram estabelecimentos públicos, como os banhos (que eram proibidos por amolecerem o corpo e os costumes); foram arrasados ou transformados os palácios ou alcáceres, derrubaram-se ou foram camufladas as mesquitas; substituíram-se as muralhas. Ter-se-ão mantido, porém, ao nível dos alicerces e da planta [...]. Os Muçulmanos foram expulsos das cidades e realojados no exterior, onde cresceram as Mourarias, enquanto, que os novos ocupantes se foram instalando, criteriosamente nos melhores edifícios urbanos, e anarquicamente nos restantes, muitos deles semiarruinados”⁴².

Mas não devemos iludir-nos pela tradição que pretende fazer de Loulé uma vila totalmente arrasada após a Reconquista Cristã de 1249. Porque se indagarmos sobre a questão, não é possível que somente passado alguns anos tivesse D. Afonso III mandado reerguer o povoado⁴³. Logo muitos dos espaços existentes pós reconquista, terão sido reaproveitados, e também reconstruídos devido às vicissitudes da guerra.

Todavia Loulé, um lugar importante em tempos islâmicos, foi detentor de uma povoação, que de alguma forma deixou a sua marca e que muito naturalmente exerceu um certo papel na prolongada resistência aquando da conquista definitiva do Algarve⁴⁴.

1.2. A Mesquita como legado islâmico

O ordenamento do espaço urbano foi sem a menor dúvida, uma das principais heranças deixadas pela presença islâmica em Loulé, estando regulado pelas habilidades funcionais de dois núcleos extremamente importantes, a alcáçova e a mesquita, estruturas representativas do poder militar, político e religioso⁴⁵ (Anexo I, Planta 3).

A mesquita, principal pólo agregador da cidade muçulmana foi ao longo de toda a história pertencente ao *al-Ándalus*, um dos elementos mais relevantes no que respeita

⁴¹ Helena Catarino, *op. cit.*, p.141

⁴² *Idem, ibidem*, p.141

⁴³ Isilda Pires Martins e José Luís de Matos, *op. cit.*, s.p.

⁴⁴ José D. Garcia Domingues, *op. cit.*, p.13

⁴⁵ Maria de Fátima Botão *op. cit.*, p.160

ao ordenamento da cidade, porque introduziu uma nova e obrigatória orientação litúrgica⁴⁶.

“No seguimento da tradição mediterrânica dos grandes espaços públicos de ágoras e fóruns urbanos, o local de culto muçulmano é assim uma síntese do espaço religioso da basílica com o antigo espaço cívico da cidade Antiga”⁴⁷. Espaço aberto, que funciona como local de convívio e de resolução dos problemas da comunidade muçulmana, pelo facto de que, o Islão integra a praça do mercado no seu espaço religioso, sacralizando-o⁴⁸.

Arquiteticamente as mesquitas são por vezes edifícios hipostilos de planta quadrangular, erguidos topograficamente em locais de destaque da cidade⁴⁹.

A inovação destes espaços de culto consiste na sua orientação, direcionada para Meca, estando a *qibla* orientada sensivelmente a sudeste na Península Ibérica⁵⁰. À entrada do pátio, junto da porta noroeste e acentuando a horizontalidade das linhas dominantes de todo o conjunto erguer-se-ia o *alminar*⁵¹.

Todas as cidades possuíam pelo menos uma mesquita aljama, para além de eventuais mesquitas de menores dimensões, capazes de receber toda a comunidade muçulmana⁵².

No *Gharb al-Ándalus* existiram vários edifícios religiosos de culto muçulmano, embora apenas Idanha-a-Velha e Mértola tenham sobrevivido na sua volumetria e em elementos decorativos⁵³. Houve naturalmente outras mesquitas no *Gharb al-Ándalus*, embora devido à sua reutilização pelo culto cristão, a maioria tenha desaparecido ou tenha sido integrada em edifícios posteriores⁵⁴.

No caso das mesquitas rurais, certamente muitas com apenas três naves, ou inclusive com apenas uma nave, passaram sem grandes campanhas de remodelação ao culto cristão⁵⁵. Por vezes a localização topográfica de uma igreja, um pequeno desalinho na

⁴⁶ Cádio Torres, Santiago Macias, *O Legado Islâmico em Portugal*, s.l., Círculo de Leitores, 1998, p.33

⁴⁷ *Idem, ibidem*, p.33

⁴⁸ *Idem, ibidem*, p.33

⁴⁹ *Idem, ibidem*, p.33

⁵⁰ Cláudio Torres e Santiago Macias *A Arte Islâmica no Ocidente Andaluz in História da Arte Portuguesa vol. I*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1995, p.170

⁵¹ Cádio Torres, Santiago Macias, *A Arte Islâmica no Ocidente Andaluz ...*, p.33

⁵² *Idem, ibidem*, p.33

⁵³ Cláudio Torres e Santiago Macias *A Arte Islâmica no Ocidente Andaluz ...*, p.170

⁵⁴ *Idem, ibidem*, p.171

⁵⁵ *Idem, ibidem*, p.171

orientação ou uma invulgar e pouco clara profusão de volumes, são suficientes para poder suster como hipótese a existência de uma antiga mesquita no suposto lugar, de uma igreja, hipótese que se tem revelado útil para a análise dos espaços⁵⁶.

Todas as cidades islâmicas possuiriam obrigatoriamente uma mesquita, como local de culto para os seguidores do islão. A *Al-Ulyã* também usufruiu da sua mesquita assim afirmam Cláudio Torres e Santiago Macias, tal como Susana Carrusca. Mas como podemos saber onde estaria localizado o espaço destinado ao culto de Alá? Ou o que foi dele depois da reconquista cristã?

Da mesquita de Loulé, chegou então até nós o embasamento do *alminar*, reutilizado posteriormente como torre sineira da igreja de S. Clemente, tal como pressupõem os arqueólogos Cláudio Torres e Santiago Macias, distinguindo este único vestígio da arquitetura religiosa muçulmana no Algarve, cujo embasamento (Anexo II, Fig.5), chegou até aos nossos dias. “Note-se de seguida, a presença do *alminar* da mesquita da cidade, sobre o qual se construiu a torre sineira de São Clemente. Embora haja referências iconográficas ao minarete da mesquita de Mértola e se conheça a lápide fundacional da de Moura, em Loulé estaremos na presença da única almenara cujo embasamento chegou até aos nossos dias. Apontam nesse sentido tanto a organização da silharia (Anexo II, Fig.5 - tradição construtiva antiga) a localização da torre em relação à igreja e o próprio facto de o templo ter uma orientação que escapa aos cânones estabelecidos”⁵⁷. Embora a forma de organização da silharia que preenche o embasamento denuncie uma tradição construtiva mais antiga, tanto o coroamento como a parte substancial da torre são posteriores⁵⁸.

Helena Catarino, enfatiza a problemática inerente à arquitetura religiosa de época islâmica, devido ao escasso legado que dela restou, partilha da mesma opinião que Cláudio Torres e Santiago Macias, ou seja que pela técnica de construção da torre, somos levados a considerar a hipótese da existência da mesquita aljama da cidade, seguramente uma construção almóada, que dela apenas se conservou o *alminar*, convertido na atual torre sineira da igreja Matriz de Loulé⁵⁹.

Susana Carrusca levanta igualmente a hipótese da torre *alminar* da antiga mesquita ter sido reutilizada como torre sineira e daí a abertura de quatro sineiras e a colocação de sinos de bronze, onde a atual configuração do remate resulta de uma

⁵⁶ *Idem, ibidem*, p.171

⁵⁷ Susana Carrusca, *Loulé, op. cit.*, p.64

⁵⁸ Cláudio Torres, Santiago Macias, *O Legado Islâmico em Portugal ...*, p.212

⁵⁹ Helena Catarino, *op. cit.*, p.138

campanha de construção efetuada depois do terramoto de 1755⁶⁰. A torre *alminar* ter-se-á construído no século XII pelos almóadas, e após a reconquista, foi adaptada ao culto cristão, colocando-se na abóbada do campanário o brasão de armas português⁶¹.

Refletindo sobre a questão da urgente necessidade de utilização de espaços sagrados após a reconquista, o que impossibilitava geralmente a produção de cuidadosas obras de arquitetura, forçando ao reaproveitamento de peças arquitetónicas pertencentes a construções anteriores, testemunho da presença de outros povos na região agora conquistada, a igreja de São Clemente é uma obra que terá resultado de uma construção anterior⁶². Percebe-se então a intenção de sublinhar o corte entre o passado e a nova ordem surgida com a reconquista, tendo como base a tradição de reconstruir o que foi conquistado pelos cristãos⁶³.

Quando examinamos atentamente o espaço arquitetónico da Igreja de São Clemente, para ser perceptível qual a planimetria da mesquita, devemos ter em conta duas problemáticas ligas entre si: a orientação e a planta. Do espaço da antiga mesquita ter-se-ão aproveitado as paredes-mestras, o que poderá ter originado a estranha planta, aproximadamente quadrangular que a Igreja de São Clemente detém (Anexo I, Planta 4).

Este reaproveitamento dos muros da mesquita explica igualmente a localização da torre sineira em relação à igreja, pois a torre *alminar* utilizada ao serviço do *muezin* para este chamar os crentes na hora da oração, situa-se por norma a noroeste salientando a horizontalidade das linhas dominantes de todo o conjunto da mesquita, ao que se acrescenta o já referido sobre a organização da silharia e sua tradição construtiva.

Sobre a orientação, o facto do próprio templo ter uma direção anómala, que escapa aos cânones estabelecidos pela arquitetura cristã, reforça a ideia que a mesquita ficaria implantada no local onde se instituiu a igreja Matriz ⁶⁴.

Faz todo o sentido o que foi dito sobre a planta e a sua irregularidade face à orientação da igreja como também à localização da torre sineira, pois os dois problemas estão

⁶⁰ Susana Carrusca, *op. cit.*, p.76

⁶¹ Francisco Lameira, Pedro Serra, *Igreja Matriz de S. Clemente*, (desdobrável), Loulé, Câmara Municipal de Loulé – Divisão do Património Histórico, s.d.

⁶² Henrique Marreiros Varela *et alii* “A igreja matriz de Loulé. Um templo pré-gótico ou uma mistura de vários estilos?”, in *Revista Al-Ulyã*, Loulé, nº2, Câmara Municipal de Loulé, 1993, p.158

⁶³ Isilda Pires Martins e José Luís de Matos, *op. cit.*, s.p.

⁶⁴ Cláudio Torres e Santiago Macias *A Arte Islâmica no Ocidente Andaluz ...*, p.171

ligados entre si, porque não conseguimos deixar de falar da orientação da igreja sem pegarmos na questão da planta e vice-versa.

Segundo os cânones da arquitetura islâmica o muro da *qibla* encontra-se orientado sensivelmente a sudeste em direção a Meca, e contém o *mihrab*, nicho em forma de abside, com a função de indicar a direção da cidade de Meca. Deste muro orientador e do *mihrab* nada se sabe, mas consideramos que este poderia estar onde se encontra a capela lateral direita (Anexo I, Planta 4), isto porque a capela foi modificada como veremos mais à frente, ou numa das paredes posteriores a esta capela, que atualmente suportam dependências construídas posteriormente. Mas são conjeturas que não temos forma de comprovar, dado que, o muro da *qibla* podia continuar, depois da reconquista cristã e ao longo de vários anos da reconversão da igreja ter-se-á acrescentado e mudado muita coisa.

Nos primeiros anos após a reconquista o altar-mor da igreja de São Clemente terá certamente ocupado o local do antigo *mihrab*, concedendo à igreja uma orientação primitiva diferente da atual, que certamente foi alterada no final do século XV quanto muito no início do século XVI, no entanto não foi encontrada qualquer documentação a fim de revelar, este tipo de informação, apesar da pesquisa realizada recorrendo à leitura e análise de Visitações da Ordem de Santiago e Memórias Paroquias, na tentativa de descobrir se o altar-mor teria ocupado alguma vez o lugar do *mihrab*, contudo nenhuma informação foi descoberta. (Anexo III - Tabela com os altares).

Helena Catarino expõe igualmente que pela orientação e plano arquitetónico da igreja de S. Clemente, pela localização, planta e técnica de construção da torre, considera-se a hipótese de aqui ter existido a mesquita aljama da cidade, mas que dela apenas se conservou o minarete, que é a atual torre sineira⁶⁵. Catarino faz alusão a que foram derrubadas ou camufladas as mesquitas e que porém, ao nível dos alicerces e da planta, algumas casas ter-se-ão mantido, restando muito pouco do que foi a herança islâmica⁶⁶.

A mesquita localizava-se no interior do recinto amuralhado, centralizando a orientação dos trajetos. Em Loulé o templo muçulmano estaria próximo de uma entrada bastante relevante, para as populações rurais e mesmo piscatórias, funcionando como um pólo de afluência de toda a vizinhança, que procurava cumprir as suas necessidades culturais e religiosas. “Tratava-se, sem dúvida de um núcleo de referência funcional na

⁶⁵ Helena Catarino, *op. cit.*, p.138

⁶⁶ *Idem, ibidem*, p.141

orgânica urbana, centro público por excelência da cidade islâmica e para onde confluíam (...), as principais vias de acesso, entre a trama urbanística e as portas da muralha, nas alcarias próximas das entradas das populações rurais”⁶⁷.

A ressacralização cristã de mesquitas acompanhada de uma profunda ou completa remodelação arquitetónica aconteceu em centros urbanos com um vasto poder económico, como é o caso de Silves, onde a mesquita maior foi inteiramente arrasada para dar lugar à atual igreja gótica⁶⁸.

2. A reconquista de Loulé - Nota Histórica

No que respeita à reconquista cristã de Loulé aos mouros sabe-se pouco ou nada.⁶⁹ A escassa informação sobre como se sucedeu a reconquista constam na *Crónica da Conquista do Algarve* publicada primeiramente por Frei Joaquim de Santo Agostinho no fim do século XVIII, mais precisamente em 1792⁷⁰ com o título *Memórias sobre uma Crónica inédita da Conquista do Algarve*, reeditada tardiamente por Alexandre Herculano, aí intitulada *Crónica da Conquista do Algarve ou Coroniqua de como Dom Payo Correa mestre de Santiago de Castella tomou este reino do Algarve aos Moros* (no texto medieval)⁷¹. Conta-nos em breves palavras “Como o Mestre D. Paio Correia ganhou Loulé e Aljezur”⁷².

E todavia na notável *Corografia do Reino do Algarve* por Frei João de São José, escrita em 1577, que diz: “Não passaram muitos dias depois da tomada de Faro, quando el-rei logo mandou aparelhar suas gentes para ir para Loulé, que estava daí duas léguas adentro, pelo sertão”⁷³.

⁶⁷ Maria de Fátima Botão *op. cit.*, p.55

⁶⁸ Cláudio Torres, Santiago Macias, *O Legado Islâmico em Portugal ...*, pp.34 e35

⁶⁹ Joaquim Romero Magalhães, *A conquista do Algarve aos mouros*, Faro, Câmara Municipal de Faro, 1987, p.12

⁷⁰ Fernando Venâncio Peixoto da Fonseca, *Crónica da Conquista do Algarve: edições restituída e crítica, anotada*, Boletim de Trabalhos Históricos, Guimarães, 1987, Vol.38 p.207

⁷¹ José Pedro Machado, *Crónica da Conquista do Algarve: Texto de 1792, Comentários e notas in Anais do Município de Faro*, Faro – nº8, 1978, p.242

⁷² *Idem, ibidem*, p.251

⁷³ Frei João de São José, *Corografia do Reino do Algarve* (1577) in *Dois Descrições do Algarve do século XVI*, Lisboa,1983, p. 96

“Os Mouros desta vila já antes sabiam que el-rei estava sobre Faro e bem suspeitaram que, depois que a tomasse, havia de ir também sobre eles, pois os tinha tão perto; pelo que começaram com tempo a fortalecer o lugar e provê-lo de tudo o que lhe parecia ser necessário para o cerco que esperavam, El-rei que noutra cousa não entendia, como viu suas gentes algum tanto restauradas dos trabalhos passados e aparelhadas para o que esperavam, partiu aro com o Mestre D. Paio Peres Correia e com todo o seu exército e, chegando a Loulé, pôs-lhe cerco, repartindo seus capitães pelos muros da vila, que eram fortes e bons, dando a cada um sua estância, como fizera em Faro, para que, ao tempo determinado, juntamente dessem bateria aos Mouros, aos primeiros encontros, mostraram esforço; e presumiram defender-se e d’ ambas as partes havia mortos e outros danos, que nestes conflitos costumam não faltar; mas como já tinham os corações enfraquecidos do que sabiam haver acontecido aos de Faro, seus vizinhos, e de se veram sós e sem esperança alguma de socorro não durou muito seu esforço; e a vila foi entrada sem enfadamento de cerco e eles postos à mercê d’el-rei, que deles a houve como com os de Faro. Tomou-se Loulé e dia de S. Clemente, cuja invocação é uã só freguesia que agora tem (n.m.)”⁷⁴.

Ainda António Borges Coelho, a partir dos textos escrito por Frei Joaquim de Santo Agostinho e por Alexandre Herculano, organizou uma excelente coletânea de textos na sua obra *Portugal na Espanha Árabe*, sobre a Conquista do Algarve, onde transcreve este episódio sobre Loulé, dizendo-nos, «que depois do rei Afonso III ter tomado a vila de Faro, poucos dias depois, o mestre D. Paio Correia, partiu e foi aventurar-se sobre Loulé, onde o cerco não se manteve por muito tempo, pois rapidamente o mestre tomou Loulé, seguindo caminho para Aljezur. E quando os mouros souberam que Faro e Loulé e outros lugares tinham sido tomados»⁷⁵. “Deram-se logo ao mestre com a condição que se deu em Faro. E o mestre por o cansaço que havia recebido, ele e suas gentes, nos outros lugares, aproveitou-lhes com isto e de se tomar logo Aljezur, como vos dito havemos. E Deus lhe deu todos estes vencimentos porque sabia quão de vontade o mestre era no seu santo serviço”⁷⁶.

Joaquim Romero Magalhães, na obra *A Conquista do Algarve aos mouros*, escreveu que a conquista de Loulé coube aos cavaleiros de Santiago, tal como a conquista de Aljezur⁷⁷. Embora não haja informação suficiente como já foi mencionado, Joaquim Romero Magalhães apresenta-nos duas hipóteses: de no dia 23 de Novembro

⁷⁴ *Idem, ibidem*, p. 96

⁷⁵ *Idem, ibidem*, p. 96

⁷⁶ António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, Caminho, Lisboa, 2008, p.381

⁷⁷ Joaquim Romero Magalhães, *op., cit.*, p.12

de 1249^a ter-se-á realizado a conquista de Loulé, “porque não vejo muitas razões para ser S. Clemente orago da freguesia. Santa Maria e Santiago ficaram com os oragos de todas as restantes conquistas. O que se entende S. Clemente destoa”⁷⁸, refere Magalhães. Tomada a vila de Faro em Março, meses depois, em Novembro cairia Loulé. Na opinião do historiador esta hipótese é de considerar pela permanência de uma comunidade moura durante séculos, o que revela uma ocupação bastante pacífica. A segunda hipótese é a conquista da vila estar relacionada com algum voto dos espatários consumado aquando da conquista de Sevilha no ano anterior⁷⁹.

Sobre a reconquista cristã Helena Catarino indica que depois de intensas lutas entre os muçulmanos e os cavaleiros da ordem de Santiago, a reconquista avançou entre 1248 e 1250, juntamente com os exércitos de D. Afonso III e D. Paio Peres Correia, e Loulé foi então conquistada depois da tomada de Faro em 1249 e tornou-se uma vila próspera⁸⁰.

Após a ocupação cristã, a vila de Loulé passou a ser sede de um concelho, incluído no seu termo um vasto território, corresponde *grosso modo* aos atuais limites⁸¹.

Tal como sucedeu em outros concelhos (Faro, Silves e Tavira), foi atribuído a Loulé um foral em 1266 para a comunidade cristã, e em 1269 um outro foral destinado aos mouros forros residentes na vila. Outra das medidas tomadas pelos responsáveis do Concelho foi a criação da feira anual de Loulé, sendo esta a mais antiga do Algarve, instituída pelo rei D. Dinis em 1291⁸². Outro aspeto relevante depois da reconquista cristã foi a substituição do termo árabe *Al-'Ulyã*, pela palavra portuguesa Loulé, através de uma transformação linguística⁸³.

⁷⁸ *Idem, ibidem*, p.12

⁷⁹ *Idem, ibidem*, p.12

⁸⁰ Helena Catarino, *op. cit.*, p.140

⁸¹ *Idem, ibidem*, p.70

⁸² *Idem, ibidem*, p.70

⁸³ *Idem, ibidem*, p.70

3. Evolução construtiva de S. Clemente - organização do espaço temporal

3.1. Localização

No Espaço

A urgente necessidade de utilização de espaços sagrados impossibilitava normalmente a produção de cuidadosas obras de arte, o que obrigava ao reaproveitamento de peças arquitetónicas pertencentes a construções anteriores, testemunho da presença de outros povos na região agora conquistada, como é o caso da igreja de São Clemente⁸⁴. Sendo que como já foi referido no 1º capítulo, não é possível que somente depois de passados vários anos, D. Afonso III tivesse mandado reconstruir a povoação, na medida em que um documento do mesmo rei, datado de 1266 faz alusão à existência de igrejas em Loulé, certamente para atender uma população cristã já então numerosa⁸⁵. De seguida as circunstâncias precedentes, à reconquista do Algarve, que limitaram no tempo as condições para o desenvolvimento de uma sólida estrutura populacional cristã, projetaram-se na desprovida edificação de igrejas⁸⁶. Mas no entanto tais circunstâncias originaram o reaproveitamento de construções anteriores como forma de marcar o início de uma nova ordem regente, onde a presença do templo era testemunho infalível da ocupação de um povo, caracterizado pela Fé em Jesus Cristo⁸⁷.

É desta forma então que as antigas mesquitas, como no caso de Loulé, potenciaram o aparecimento de novos templos cristãos⁸⁸.

A Igreja de S. Clemente foi o primeiro templo cristão de Loulé, “ *e como quer a tradição fora anteriormente mesquita*”⁸⁹. Principal monumento religioso como refere

⁸⁴ Henrique Marreiros Varela *et alii*, *op. cit.*, p.158

⁸⁵ “V” Isilda Pires Martins e José Luís de Matos, *Muralhas de Loulé*, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 1986, s.p.

⁸⁶ Maria de Fátima Botão, *op. cit.*, pp.125 e126

⁸⁷ Henrique Marreiros Varela *et alii*, *op. cit.*, pp.156/158

⁸⁸ Com efeito estudos levados a cabo por especialistas referidos ao longo deste trabalho demonstram factos e características que apontam para a igreja de São Clemente, como obra arquitetónica elaborada a partir do reaproveitamento da antiga mesquita da *Al-'Ulyā*

⁸⁹ Isilda Pires Martins e José Luís de Matos, *op. cit.*, s.p.

Pedro Freitas⁹⁰. Isto por que na altura havia apenas uma freguesia na vila de Loulé de que era Orago S. Clemente⁹¹.

A igreja localiza-se certamente na parte mais antiga de Loulé, (onde também se reavio os restos mais antigos da atual muralha), perto do antigo bairro da mouraria, que nas cidades medievais ficava perto da cidade tornada cristã, (assim o dizem Ataíde de Oliveira e Pedro de Freitas devido segundo eles a um certo número de informações e tradições recolhidas) e frente às terras do antigo cemitério, hoje o Jardim dos Amuados⁹² (Anexo I, Planta 1).

Dentro da vila intramuros, localizava-se o Castelo, os Paços do Concelho e a Igreja de S. Clemente, que fazia parte de um dos grandes equipamentos sedes do poder religioso⁹³.

Era em São Clemente, ou nas suas proximidades, que juízes (ordinários, de órfãos ou de mouros e judeus) e almotacés realizavam as respetivas audiências, “analogia virtual com tempos, em que era na mesquita ou na sua proximidade, que à luz do Alcorão ... se cumpriam similares atividades”⁹⁴.

No Tempo

A Igreja de S. Clemente tem como data charneira de edificação o dia 20 de Março de 1251 (data considerada como hipótese, ponto de partida para a evolução da obra), sendo provável que o responsável pela encomenda tenha sido o Arcebispo de Braga, D. João Viegas, que encarregou no mesmo ano a família religiosa dominicana da edificação de diversos templos por toda a região do Algarve⁹⁵. Existe um documento conservado no Arquivo Distrital de Braga, Gaveta 1^a, das Igrejas nº 200, em que o Arcebispo de Braga, D. João Viegas, metropolitano de todo o território conquistado, encarrega os Frades dominicanos, Frei Paio e Frei Pedro, de edificarem a Igreja Matriz de Faro (Santa Maria) e outras Igrejas no Algarve. “Pondo de lado a polémica que levanta o facto de ser o Arcebispo de Braga, embora metropolitano de todo o país, a mandar construir Igrejas numa Diocese que possivelmente já possuía Bispo, o certo é

⁹⁰ Pedro Freitas, *Quadros de Loulé Antigo – A alma de Loulé em livro*, Lisboa, Câmara de Loulé, 1980, p.343

⁹¹ Ataíde Oliveira, *Monografia do Concelho de Loulé*, Faro, Algarve em Foco, 1989, p.87

⁹² Isilda Pires Martins e José Luís de Matos, *op. cit.*, s.p.

⁹³ Susana Carrusca, *op. cit.*, p.72 e 73

⁹⁴ Maria de Fátima Botão, *op. cit.*, pp.160 e161

⁹⁵ Susana Carrusca, *op. cit.*, p.76

que uma ordem não significa necessariamente uma execução e naquele documento não menciona a Igreja Matriz de Loulé como templo a ser construído”⁹⁶. Quando o autor se refere “que uma ordem não significa necessariamente uma execução” ou seja neste caso a execução, seria a edificação da igreja, sobre a anterior construção.

Porém no foral concedido por D. Afonso III a Loulé em 1266, encontram-se duas declarações relevantes que fazem crer que o Arcebispo de Braga teve interferência sobre Loulé e sobre a Igreja de S. Clemente: 1^o- “Igualmente reservo para mim e todos os meus sucessores (...) todo o direito do padroado das Igrejas construídas e a construir em Loulé e seu termo ...” 2^o- “Igualmente reservo para mim (...) a adegua que costumava deter o Deão de Braga”⁹⁷. Vejamos ainda, dado que a Igreja de S. Clemente e a Igreja da Graça, são as mais antigas que se conhecem deste Concelho, é de supor que em 1266 estas já estivessem readaptadas ao culto cristão.

Apesar da informação sobre a edificação de algumas igrejas por ordem do Arcebispo de Braga e pelas declarações citadas, não temos referências concretas sobre S. Clemente de Loulé, mas supomos, que a edificação da Igreja esteja relacionada com D. João Viegas e com os Freis Dominicanos, pois é a opinião mais consensual entre os investigadores, no entanto não temos a certeza quais foram os Freis Dominicanos que participaram na direção das obras da obra.

Contudo é notável a influência das Ordens mendicantes⁹⁸ e a ação dos Dominicanos junto da Coroa Portuguesa e no país, devido aos seus conhecimentos em geometria e na arte da construção (seguindo os Capítulos Gerais das Ordens mendicantes). Mas também como forma de pagamento por apoios dados aos reis em épocas difíceis e de crise⁹⁹.

Embora alguns estudiosos situem cronologicamente esta obra como sendo do tempo de D. Dinis (1279-1325)¹⁰⁰. Como é o caso de Pedro Dias, que nos diz: “No

⁹⁶ Henrique Marreiros Varela *et alii*, *op. cit.*, p.158

⁹⁷ *Idem, ibidem*, p.158

⁹⁸ Os séculos XIII e XIV foram dominados pelo advento das Ordens mendicantes, melhor conhecidas como «frades menores» (de S. Francisco ou Franciscanos) e «frades pregadores» (de S. Domingos ou Dominicanos). Os frades mendicantes entraram em Portugal muito cedo, facto que se estendeu por toda a Europa, devido a uma vontade da Igreja encontrar novas formas de espiritualidade e de se reformar atendendo às modificações sociais e devido à decadência das Ordens monásticas tradicionais – “V” Paulo Pereira (dir.) *História da Arte Portuguesa vol. I, Da Pré-história ao «Modos» Gótico*, s.l., Circulo dos Leitores, 1995, p.369

⁹⁹ Pedro Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, ed. Estampa, 1994, p.33

¹⁰⁰ “V” Susana Carrusca, *Loulé, O património artístico*, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 2001, p.76; Pedro Dias, *Historia da arte em Portugal, vol. IV*, Lisboa, ed. Alfa, 1993 p.90

Algarve, posto que se conheçam indicações que nos dão conta de edificações feitas durante o século XIII, tudo o que chegou até hoje é posterior. (...) Neste território levantaram-se edifícios logo após a Reconquista Cristã, o que está documentalmente comprovado, mas desses tempos nada resta, só havendo obras posteriores, datáveis dos finais do século XIV”¹⁰¹. Mais uma vez a origem da Igreja de S. Clemente é colocada como sendo do período de D. Dinis. Na mesma esteira Paulo Pereira, classifica a mesma igreja como sendo de iniciativa dionisina¹⁰².

Mas o início da edificação da igreja data do tempo de D. Afonso III (1245-1279), porque entre a reconquista de Loulé e a subida ao trono de D. Dinis segue-se um intervalo de trinta anos, logo torna-se uma contradição o templo de S. Clemente ser datado do tempo *d’ El Rei* D. Dinis, na medida em que a prática do culto cristão, foi implantado na terra de Loulé após a reconquista, para cortar qualquer vínculo com o culto passado e como forma de crença em um novo poder. “No Sul de Portugal, as condicionantes sociais e políticas da vida nas cidades recém-conquistadas obrigaram a um esforço veemente do ponto de vista da edificação de estruturas enquadrantes das populações, abrigando-as e dando-lhes amparo espiritual”¹⁰³.

As obras na dita Igreja foram sendo realizadas ao longo de vários anos e durante múltiplos reinados, desde a segunda metade do século XIII até ao século XV, tal como consta nas *Actas de Vereação de Loulé dos séculos XIV-XV*¹⁰⁴, como veremos mais à frente. Sofrendo ainda alterações e obras nos séculos XVI e XVII¹⁰⁵, pois foram acrescentadas algumas capelas laterais e construídos cinco retábulos, sujeita a várias campanhas de obras depois de ter sido consagrada Monumento Nacional em 1924, o que é visível na planta que apresentamos em anexo (Anexo I, Planta 4)¹⁰⁶.

No que trata do orago da freguesia, a mais antiga sede paroquial de Loulé, terá tomado o nome de São Clemente após a reconquista cristã da vila de Loulé aos mouros, a 23 de Novembro de 1249, dia em que se comemora a memória do Santo Mártir

¹⁰¹ Pedro Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, ed. Estampa, 1994 pp. 111 e 148

¹⁰² Paulo Pereira, *op. cit.*, p.385

¹⁰³ Paulo Pereira, *op. cit.*, p.384

¹⁰⁴ “V” *Actas de Vereação de Loulé – Séculos XIV-XV, Al-'ulyā* - Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé nº 7, Loulé 1999/00, pp. 153 a 198

¹⁰⁵ Informações obtidas na página oficial do SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, 2011, disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2900, acedido 26/02/2012

¹⁰⁶ Francisco Lameira, Pedro Serra, *op. cit.*

Clemente¹⁰⁷. Porém não deixa de ser curiosa a invocação de São Clemente em detrimento da tradicional proteção de Santa Maria ou Santiago.

Depois das igrejas Algarvias terem sido entregues em 1261 pelo rei de Castela ao Bispo de Silves e de terem sido reconhecidas ao rei português, em 1270, Loulé seria nesta altura a igreja com maiores rendimentos, no Algarve¹⁰⁸. Todavia, os rendimentos da igreja louletana viriam a revelar com o passar do tempo algumas precariedades, pois, nos finais da Idade Média, a igreja de S. Clemente achar-se ia “pobre” no dizer dos seus raçoeiros e prior, ameaçando deixarem de servi-la. Apesar da superioridade das rendas da igreja de Loulé em 1321, o território eclesiástico algarvio sofria uma desordem visível, circunstância proporcionada, não só pela recente integração da população mourisca no domínio da Cristandade, como pela precária simetria entre os homens e o espaço ocupado (por cristãos e mouros) ¹⁰⁹.

Desde o início da sua construção até à atualidade, a igreja Matriz tem sofrido várias alterações e contrariedades¹¹⁰, que poderão ser observadas nos capítulos subsequentes.

3.2. A Ordem de Santiago, em S. Clemente - contributos e recompensas depois da reconquista territorial

A Ordem de Santiago, criada a 1 de Agosto de 1170 pós a reconquista de Leão, por Fernando II, é fundada em Cáceres sendo nomeada já no ano seguinte Ordem de Santiago, por acordo com o bispo de Santiago de Compostela¹¹¹.

Os Santiaguistas fiéis à sua vocação guerreira, presente na sua origem leonesa contribuíram para a reconquista cristã¹¹². Em Portugal a Ordem formou-se em 1172,

¹⁰⁷ Susana Carrusca, *op. cit.*, p.75

¹⁰⁸ Maria de Fátima Botão, *op. cit.*, p.127

¹⁰⁹ *Idem, ibidem*, p.128

¹¹⁰ Pedro Freitas, *op. cit.*, p.344

¹¹¹ Maria Isabel Rodrigues Ferreira, *A Normativa das Ordens Militares Portuguesas (séculos XII-XVI), Poderes, Sociedade, Espiritualidade Vol. I*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p.11

¹¹² Paula Maria de Carvalho Pinto Costa, *Ordens Militares e Fronteira: um Desempenho Militar, Jurisdicional e Político em Tempos Medievais*, in *Revista da Faculdade de Letras, História*, Porto, III Série, vol. 7, 2006, pp. 79-91

sendo conhecida também pela Ordem dos Espatários (“spatha” = espada com punho em forma de cruz ancorada)¹¹³.

A primeira doação feita a estes cavaleiros em Portugal partiu da iniciativa de D. Afonso Henriques, em 1172, e incidia sobre a vila de Arruda, a qual foi imediatamente seguida da concessão dos castelos de Monsanto e de Abrantes, integrada na luta contra a vaga almóada que, desde 1172, punha em risco os reinos cristãos peninsulares¹¹⁴.

Nos finais do século XIII, esta Ordem era consideravelmente rica, tendo em sua posse 47 vilas e 150 comendas, para além de 75 padroados de igrejas¹¹⁵.

No ano de 1255, a Ordem de Santiago recebeu de D. Afonso III os castelos de Cacela com o seu termo, e o de Aiamonte, bem como a confirmação dos de Sesimbra, Alcácer do Sal, Palmela, Almada e Arruda, sobressaindo uma estratégia política que pretendia atrair o espatário Paio Pires Correia, se bem que a sua Ordem estivesse sediada em Uclés, no reino de Castela¹¹⁶.

No primeiro quartel de Trezentos, a influência da dita Ordem na região algarvia, aponta para uma notável supremacia, apesar das vicissitudes a que esteve sujeita, durante os primeiros tempos da ocupação cristã no Algarve¹¹⁷.

Em 1267, assina-se o Tratado de Badajoz, que devolveu a Afonso III a plenitude jurídica sobre o Algarve, sendo indiscutível o interesse deste acordo para os Espatários. E nos anos de 1271-72, tem lugar uma nova fase do relacionamento de Afonso III com estes cavaleiros, assinalada por episódios desfavoráveis à Ordem, que limitam a sua influência no Algarve¹¹⁸. “Em 30 de Dezembro de 1271, foi assinada uma concórdia entre o monarca e o comendador e procurador da Ordem de Santiago, deixando transparecer problemas por causa de Tavira, Cacela, Castro Marim, Aveiras, do direito de padroado sobre as igrejas (recorde-se que a jurisdição eclesiástica sobre o Algarve pertencia a Afonso X) e de problemas com certos produtos agrícolas que os moradores de Mértola levavam pelo rio Guadiana. A decisão final destes diferendos foi dada a conhecer em 4 de Janeiro de 1272 e era desfavorável à Ordem, limitando a sua

¹¹³ Pedro Henrique Ferreira Encarnação, *As visitas da ordem de Santiago às igrejas do concelho de Loulé no ano de 1534*, Faro, Secretaria de Estado da Cultura, Delegação Regional do Algarve, 1993, p.15

¹¹⁴ Paula Maria de Carvalho Pinto Costa, *op. cit.*, pp.79-91

¹¹⁵ Pedro Henrique Ferreira Encarnação, *op. cit.*, p.15

¹¹⁶ Paula Maria de Carvalho Pinto Costa, *op. cit.*, pp.79-91

¹¹⁷ Maria de Fátima Botão, *op. cit.*, p.127

¹¹⁸ Paula Maria de Carvalho Pinto Costa, *op. cit.*, pp.79-91

influência no Algarve e levando os Espatários a renunciar às doações de Tavira, Cacela, Castro Marim e seus termos, em favor de D. Afonso III¹¹⁹.

Terminada a Reconquista, a direção política é outra. Até meados do século XIII a luta contra o Islão escondeu divergências internas. Começam então as movimentações diplomáticas para tomar autónomo o ramo português da ordem, reforçados pelo argumento da distância, relativamente ao centro de decisão da milícia¹²⁰. Em 1288, pretendeu-se o desmembramento da Ordem de Santiago, assinalada pela eleição de um Mestre para o território português, autorizada pelo Papa Nicolau IV, se bem que ainda não venha a ser uma solução definitiva, na medida em que este é o princípio de um longo processo de separação do ramal da Ordem, não estando ainda terminado no século XIV¹²¹.

Apesar de D. Dinis desejar a separação do Ramo português da Ordem, tinha plena consciência das dificuldades políticas vividas, que não ofereciam as melhores condições para a negociação, pois era necessário manter uma boa relação com Afonso X. Contudo D. Dinis fez várias e importantes doações à ordem, mas de forma a não criar atritos, dentro da instituição¹²².

Devido ao contributo da Ordem na reconquista territorial e inclusive depois desta, (a Ordem tinha duas funções, a guerreira, numa posição de defesa e ataque, defendendo os territórios conquistados e lutando pela ocupação de outros territórios aos sarracenos, e a de povoamento de território, nas terras submetidas ao domínio cristão) na medida que esta Ordem militar exerceu uma função primordial na conquista, do que corresponde hoje sensivelmente, ao território continental português, tendo-se extinguido durante o século XIII essa função, o seu quotidiano ficou marcado até ao século XIX, século da sua extinção definitiva, pelas atividades religiosas¹²³.

A 1 de Dezembro de 1295 celebrou el Rei um escambo com o mestre da Ordem em exercício, D. João Osoreo (1294-1306), pelo qual recebe as vilas de Almodôvar e Ourique, os castelos de Marachique de Aljezur, com as suas igrejas, recebendo em troca o monarca a vila de Almada. Em 1297 devolveu ainda aos Santiaguistas o castelo

¹¹⁹ *Idem, ibidem*, 79-91

¹²⁰ Maria Isabel Rodrigues Ferreira, *op. cit.*, p.11

¹²¹ *Idem, ibidem*, pp.12 e 14

¹²² *Idem, ibidem*, p.12

¹²³ Pedro Henrique Ferreira Encarnação, *op. cit.*, p.15

e vila de Cacela, com todos os seus direitos, reguengos e foros e o padroado da igreja de Santo Ildefonso de Almodôvar, com todas as suas pertenças¹²⁴.

É neste contexto de doações e benefícios que, a 4 de Dezembro de 1298 a igreja de São Clemente foi como tal doada também à Ordem de Santiago, por acordo feito entre o rei D. Dinis e o mestre da Ordem¹²⁵.

Em Portugal a sede da Ordem dos Espatários foi, ao longo dos tempos, sendo transferida de acordo com a conjuntura político-militar, fixando-se definitivamente em Palmela no século XV¹²⁶.

As consecutivas doações vão transformar a Ordem em grande proprietária, dona de extensos territórios na linha do Tejo, ocupando largas parcelas do Alentejo e terras do Algarve, onde exerceu um papel importantíssimo na defesa do território português, não só em relação aos muçulmanos, como das investidas do reino vizinho¹²⁷.

Contudo “o acesso da Ordem de Sant’Iago à posse de alguns castelos do Algarve processou-se com relativo atraso e em fases, partindo da periferia para o interior”¹²⁸.

3.3. Evolução construtiva de S. Clemente

O país não era homogéneo, quando as primeiras nervuras ogivais foram erguidas. Grande parte do atual território estava ocupado pelos muçulmanos, e teríamos de aguardar ainda meio século até que D. Afonso III coloca-se fim à reconquista cristã¹²⁹.

“Somente após a crise que assolou Portugal entre 1190 e 1250 se observa um arranque efetivo de grandes iniciativas de construção, coincidindo tal facto (...) como reinado de D. Afonso III. É este o período habitualmente considerado como de consolidação da estética gótica. E é um período que coincide com a unificação territorial do reino português, dando-se finalmente, a conquista completa do Sul do País e a sua estabilização relativa em termos militares”¹³⁰. Dito isto a arquitetura gótica no Algarve,

¹²⁴ Maria Isabel Rodrigues Ferreira, *op. cit.*, pp.12/13

¹²⁵ Susana Carrusca, *op. cit.*, p.76

¹²⁶ Pedro Henrique Ferreira Encarnação, *op. cit.*, p.17

¹²⁷ Maria Isabel Rodrigues Ferreira, *op. cit.*, p.11

¹²⁸ Pedro Henrique Ferreira Encarnação, *op. cit.*, p.15

¹²⁹ Pedro Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, ed. Estampa, 1994, p.23

¹³⁰ Paulo Pereira, *op. cit.*, p.361

só se desenvolveu após a reconquista, em tempo de Afonso III, no entanto não terão sido construído imediatamente grandes edifícios¹³¹.

Partindo de desígnios gerais a economia de guerra, neste caso com Castela, foi fundamental para a definição de ciclos construtivos, sendo importante o esforço de renovação e modernização, sendo fácil de estabelecer as distintas conjunturas, marcadas pela ação e preferências político-religiosas dos monarcas, e logo pelos respetivos efeitos da política nacional e internacional. O reinado de D. Afonso III (1245-1279), notabiliza-se o aparecimento de estaleiros de grande escala (como o da Sé de Évora), sendo ainda deste período o dito “princípio” efetivo das obras dos primeiros grandes mosteiros e conventos das Ordens mendicantes, com prolongamentos ao nível do financiamento e conclusão das obras no reinado de D. Dinis (1279-1325), mas o longo período dionisino foi fértil em investimentos na arquitetura militar¹³². Mas não só, porque foi no reinado do rei Lavrador, que se registou o maior surto construtivo de toda a primeira dinastia (fundaram-se novos mosteiros ou renovaram-se instalações dos que já tinham sido instituído anteriormente)¹³³.

As encomendas régias dos reinados seguintes foram condicionadas pelos tempos difíceis que se avizinhavam, mas D. Afonso IV (1325-1357), promoveu ainda que custosamente a edificação da nova abside da Sé de Lisboa, assim como D. Fernando (1367-1383), que regeu um período de compressão demográfica e de crise política e militar (as guerras com Castela são marcantes no último quartel do século XIV), sendo dada novamente prioridade à arquitetura militar¹³⁴.

Na segunda dinastia com D. João I (1383-1433), foram visíveis tempos de maior alívio económico e de apaziguamento territorial. É nesta fase que arranca o importantíssimo estaleiro do Mosteiro da Batalha e se dá continuidade efetiva a obras fundadas anteriormente mas que haviam ficado paradas ou aguardando um financiamento mais abastado, ou novas iniciativas régias de grande alcance comunitário e que se prolongam pelo século XV¹³⁵.

Através deste panorama, mencionado de maneira muito sucinta, pode entender-se até que ponto a afirmação da estética gótica se faz, porque esta estética ou «novo estilo» acompanhou no seu processo as fronteiras do reino e assumiu-se como a marca

¹³¹ Pedro Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa* ..., p.28

¹³² Paulo Pereira, *op. cit.*, pp. 362/363

¹³³ Pedro Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa* ..., p.39

¹³⁴ Paulo Pereira, *op. cit.*, p.363

¹³⁵ *Idem, ibidem*, p. 363

mais evidente do poder real. É ainda marca da cristianização de um território, quando estende para sul do país a sua influência, assim como sinónimo de modernização com a sua associação aos frades menores¹³⁶.

Estes aspetos pretendem dar a entender, o longo processo que a Igreja de S. Clemente sofreu até à sua completa edificação, devido à desprovida economia e às vicissitudes políticas e militares, assim como à desorganização existente no Concelho de Loulé, e os interesses dos membros da Vereação e a sua preocupação, contra o desinteresse da Ordem de Santiago pela igreja.

Aquando do começo da sua edificação, a 20 de Março de 1251 (data colocada como charneira), remontando assim à 2ª metade do século XIII, a Igreja de S. Clemente, enquadra-se numa tipologia de templos paroquiais de pequenas dimensões assim o diz Pedro Dias¹³⁷.

Após a reconquista, a Igreja tutelar da cidade de Loulé implantou-se sobre a antiga mesquita como já havia sido dito no 1º capítulo, o que terá levado ao reaproveitamento e readaptação deste espaço outorgando à igreja uma possível orientação primitiva, diferente da que encontramos atualmente, assunto igualmente já tratado, em que o altar terá ocupado o lugar do *mihrab*, e só depois mudou, certamente no século XVI, para o local onde se encontra hoje. Foram ainda aproveitados seguramente os muros da mesquita, o que poderá ter originado a estranha planta, quase quadrada como também reconstruídos os fustes do anterior templo para a readaptação ao culto cristão, como a observação dos mesmos parece dar a entender, no entanto estes levantamentos são apenas conjeturas, pois não foi encontrada informação que o confirme, devido à falta de documentação e aos desastres naturais sofridos ao longo dos tempos que afetaram o traçado da igreja adulterada todavia na reconstrução oitocentista¹³⁸.

De grande importância é o levantamento feito nas Atas de Vereação de Loulé dos séculos XIV e XV, pelo Arquivo Histórico e Municipal de Loulé, pois proporciona informação sobre o estado das obras da Igreja de S. Clemente durante o início do século XV e sobre o seu longo processo de reconstrução.

Vejamos a seguinte informação contida nas Atas no que respeita às obras de S. Clemente:

¹³⁶ *Idem, ibidem*, p. 363

¹³⁷ *Idem, ibidem*, p. 385

¹³⁸ Francisco Lameira, Pedro Serra, *op. cit.*

Sessão de 30 de Janeiro de 1404

“(...) no Mosteiro de Sam Francisco da dicta villa sendo hi Dom Martinho pela graça de Deus e da Santa Igreja de Roma bispo da cidade de Silve do Reino do Algarve perante o dicto senhor parecerom Diego Veegas juiz gerall na dicta villa (...) e em nome do dicto Concelho diserom ao dicto senhor que bem sabia em como a obra da Igreja de Sam Cremente da dicta villa stava por fazer havia gram tempo a qual eram teudas e obrigadas moytas pessoas da dicta villa em a tanta e a tamanha contia de dinheiros per que se a dicta obra ou gram parte della podyaa fazer. E porque sto era servyço de Deus e pertencia a ell dicto senhor bispo que porem lhe requeriam e pediam por merce em nome do dicto Concelho como seu prelado que quisesse em ello olhar e poer em ello regra e maneira a tal come per que a dicta obra podese ser facta e outros os devedores a ella fossem constrangudos pelo quem em ello eram obrigados. E o dicto senhor visto o dizer dos dictos homes boos disse que lhe prazia muito de o fazer e portanto ora em sto falavam o dicto senhor mandou os sobredictos (...) e que elegessen antre sy huum homem boo que fosse vedor da dicta obra e recebedor della presente e huum homem boo (...) e todos em prana concordya acordarom que eles scolhyam antre sy pera i dicto he Martim Pirez scudeiro que sya presente e Gonçalo Gonçalvez que fosse scrivam. (...) sem outro engano porende o dicto senhor disse que o avya por bem de o dicto Martim Pirez ser requeredor e vedor da obra da dicta igreja epra qual ell dava e cometya todo o poderiu ao dicto Martim Pirez que podesse presente o dicto scrivon a ver e demandar e receber todollos dinheiros e dyvedas e cousas e direiros e doações que som devoudas a dicta obra pera se fazer a dicta igreja (...)”¹³⁹.

Através da sessão de 30 de Janeiro de 1404, é possível saber que a obra da Igreja de S. Clemente todavia estava por fazer neste ano, assim o dizem os membros da Vereação que sugerem ao Bispo de Silves, como hipótese obrigar as pessoas da vila a pagar alguma quantia de dinheiro para que a obra ou grande parte dela pudesse ser realizada. Mas como esta é uma obra de Deus, foi pedido ao Bispo alguém que olhasse pela obra para que fosse feita rapidamente. O Bispo mandou assim eleger entre os homens, um vedor (fiscal) ou seja alguém que deveria superentender financeiramente a obra, e que teria poderes judiciais sobre esta. Foi assim escolhido Martim Pires por acordo entre todos, para vedor, a quem foi entregue, toda a autoridade, podendo mandar e desmandar na obra para que esta se realizasse¹⁴⁰.

¹³⁹ *Actas de Vereação de Loulé, op., cit.*, pp. 153 e154

¹⁴⁰ *Idem, ibidem*, pp. 153 e154

O vedor encontrava-se no topo da pirâmide na estrutura administrativa de uma obra, sendo acrescido ao vedor para além de poderes financeiros também funções judiciais, restrita aos oficiais da obra (mas em algumas ocasiões poderia assentar em pessoas distintas).¹⁴¹ O vedor transmitia ao mestre das obras as diretivas da Coroa e ao mesmo tempo fiscalizava o seu trabalho. O rei por vezes sujeitava o vedor a enviar-lhe relatórios sobre a obra, porque raramente era cumprido o que se estabelecia¹⁴².

Para além do vedor Martim Pires, esta sessão dá-nos informação sobre um escrivão nomeado, Gonçalo Gonçalves. Aos escrivães nomeados seja por nomeação régia ou não, caberia a contabilidade geral e do almoxarifado¹⁴³.

Sessão de 18 de Fevereiro de 1404

“ (...) em Loulé no Paço do Concelho da dicta vila sendo hi Dievo Veegas juiz geral da dicta villa (...) per Dom Martinho que ora he pella merce de Deus bispo de Silve e pelo dicto Concelho fora ordenado e posto por vedor obra da dita Igreja de Sam Cremenete da dicta villa Martim Pirez o qual defalecera per morte e por, a dicta see fazer por bem e servyço de Deus e onrra da villa e por se a da bondade de Roy Lopez scoudeiro escolheram antre sy por vedor da obra da dicta igreja ata acabamento dela o dicto Roy Lopez que a regimento e manystraçon della em todo o que a ello pertence asy atam compridamente segundo era dado logar ao dicto Martim Pirez e melhor se melhor ser poder ao qual deram por scrivam o dicto Gonçalo Gonçalvez tabeliam que ante era o dicto Martim Pirez e lhe mandaram dar huum estormento (...)”¹⁴⁴.

A sessão de 18 de Fevereiro de 1404 em Loulé no Paço do Concelho da dita vila, onde Diego Viegas era juiz, informa-nos sobre a morte de Martim Pires vedor da obra da Igreja de S. Clemente.

Surge-nos então mais um entrave para a execução da obra, pois sem vedor a obra estaria parada. Ora é necessário nomear um novo vedor, para que esta possa prosseguir. Então *por serviço de Deus* em plena concordância entre os homens presentes no Paço, foi escolhido Rui Lopes escudeiro para novo vedor, até que a obra esteja terminada.

¹⁴¹ Pedro Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa* ...,p.37

¹⁴² *Idem, ibidem*, p.39

¹⁴³ *Idem, ibidem*, p.39

¹⁴⁴ *Actas de Vereação de Loulé, op., cit.*, pp.157 e 158

Este aspeto indica mais uma vez, a desorganização existente na conceção desta obra, mas também os interesses dos membros da Vereação e a sua preocupação para que a dita obra possa ser realizada sem mais estorvos.

Sessão 18 de Março de 1408

“ (...) disserom que era verdade que a Igreja de Sam Cremente da dicta villa stava pera fazer avya gram tempo porem os sobredictos come boos e fiees cristãos per a dicta obra huum giro per sta guissa que os cavaleiros dem VI homens e os scoudeiros vassalos d’El Rey dem IIIº homens e os contiossos de cavallos tres e os besteiros per contia dous dias e os besteiros do conto e piães senhor dias e per esta guissa acordarom que a dicta aduva fosse per servyço de Deus posta na dicta obra e mais que lhe qualquer pessoa que tiver bestas d’albarda as de todas cada hua saa.”¹⁴⁵

Na sessão 18 de Março de 1408 foi dito novamente que a Igreja de S. Clemente de Loulé estava ainda por fazer, porém o Concelho para que a obra fosse consumada mais depressa, acordou em dar uma *aduva* (o mesmo que anúduva), que correspondia à obrigatoriedade de realização de trabalhos para a feitura de uma obra arquitetónica. A *aduva* correspondia a um serviço braçal¹⁴⁶. Assim desta maneira os “cavaleiros deram 6 homens e os escudeiros vassalos do rei deveriam dar 400 homens (...) para além de bestas de albarda, que eram requeridas a quem as tivesse. Acordou-se assim desta maneira que a *aduva* fosse colocada na obra para serviço de Deus, como forma de ajuda para que esta fosse acabada”¹⁴⁷.

Na sociedade medieval portuguesa, em terras sujeitas a administração direta dos delegados do rei, os serviços braçais (como forma de pagamento seja de foros, tributos ou rendas,) eram os mais onerosos, pois ocupavam um ou dois dias de trabalho muitas vezes até três dias, durante a semana fora da própria terra, para prestar serviço ao senhor ou ao rei. Este tipo de serviço devia ser feito por servos, colonos, peões, pequenos proprietários e até, em certos casos, cavaleiros vilãos. Tinham de reparar fortalezas ou construir paços - a chamada *aduva* – ou de transportar colmo ou feixes de giestas e palhas para cobrir o telhado ou o solo térreo do solar senhorial, ou ainda de fornecer mão-de-obra ao forno da telha, ao forno de pão e aos trabalhos domésticos no

¹⁴⁵ *Idem, ibidem*, p.168

¹⁴⁶ “V” A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, Lisboa, ed. Sá da Costa, 1981, pp 133 e 134

¹⁴⁷ *Actas de Vereação de Loulé, op., cit.*, p.168

paço¹⁴⁸. A *aduva* assinalada para procedimento da obra revela o desejo de acabar a obra, face às dificuldades de financiamento da mesma obra.

Sessão de 30 de Março de 1408

“(...) em Loulle no Paço do Concelho da dicta villa sendo hi Roy Lopez de Saria <juiz> e Martim Annes e Vasco Stevez vereadores em vereamento os sobredictos presente Lopo Stevez de Saria Vasco Affonso alcaide Joham Carvalho Luis Stevez e outros que syam presentes acordarom que por servyço de Deus dessem a obra de Sam Cremente da dicta villa hua trave das pequenas”¹⁴⁹.

Verifica-se, desta forma, na sessão de 30 de Março de 1408 no Paço do Concelho de Loulé com Rui Lopes de Saria como juiz e Martim Anes e Vasco Esteves como vereadores entre outros presentes, acordou-se que fosse dada à obra de S. Clemente uma trave das pequenas. Portanto temos mais uma informação sobre a prolongada construção da igreja.

Sessão de 9 de Junho de 1408

“Outrosy acordarom que de outrosy envyarem dizer a El Rey e ao arcebispo que o Mestre de Santiago e bispo e Cabido som teúdos de fazer sta Igreja de Sam Cremente e que a nom querem alçar nem fazer sendo a dicta igreja tal que em cada huum ano rende mil dobras aos sobredictos e que eles do Concelho ponhom e despense quaesquer despensas que possam lalçar mão dos dinheiros e rendas da dicta igreja per que se possa fazer e o dicto Concelho entregue do que asy poser e despenser”¹⁵⁰.

A sessão de 9 de Junho de 1408 é igualmente esclarecedora, sobre o desinteresse da Ordem de Santiago sobre a Igreja de S. Clemente e mais uma vez sobre os interesses dos membros da Vereação em terminar a obra, isto porque na dita sessão acordou-se que o rei e o arcebispo deveriam saber, que o Mestre da Ordem de Santiago, o bispo e o cabido responsáveis por fazer esta Igreja, não queriam fazê-la, sendo que a dita igreja, em cada ano rendia mil dobras aos sobredits. Apesar disto o Concelho quer executar a mesma obra, pretendendo assim que o rei e o arcebispo lhes

¹⁴⁸ A. H. de Oliveira Marques, *op., cit.*, pp. 133 e 134

¹⁴⁹ *Actas de Vereação de Loulé, op., cit.*, p.172

¹⁵⁰ *Idem, ibidem*, p.198

deem autoridade, para que a Vereação possa dispor de despesas, e lançar mão sobre o dinheiro e sobre as rendas da igreja para que a igreja possa ser feita.

Toda esta informação recolhida sobre a Igreja de S. Clemente e a sua obra revela a falta de organização na edificação da igreja, e o incumprimento e desinteresse dos Santiaguista para com esta, mesmo fazendo a igreja parte da Ordem de Santiago. Mas face à falta de interesse dos Cavaleiros da Ordem e às dificuldades de financiamento, às quais a *aduva* seria de grande ajuda, encontramos o interesse e a preocupação dos membros da Vereação em terminar a obra, porque esta todavia estava por terminar.

Depois da última sessão de 1408, as queixas sobre a igreja cessam na Vereação, certamente porque o edifício foi terminado nesta altura, a partir do século XV, em data que não conseguimos determinar.

Para termos outra visibilidade sobre as construções arquitetónicas de igrejas, devemos ter em conta que, as construções de cariz religioso podiam ser desenvolvidas por qualquer entidade, desde que obtivesse as autorizações fundamentais das autoridades religiosas competentes¹⁵¹.

Os monarcas foram os maiores promotores de obras de carácter religioso durante toda a Idade Média¹⁵². Nas dioceses eram os respetivos bispos e Cabidos normalmente os promotores das construções, consoante se tratasse de igrejas de padroado de uma ou de outra entidade. Mas o financiamento das obras era complicado, pois raramente havia dinheiro vivo, pelo que a construção de uma simples igreja paroquial ou de um mosteiro podia demorar anos ou décadas e nem mesmo os empreendimentos régios escapavam a esta regra¹⁵³.

Para além das Atas de Vereação de Loulé existem outros documentos relativamente importantes para uma melhor compreensão da organização e evolução construtiva da Igreja Matriz, nomeadamente as várias Visitações feitas à igreja pela Ordem de Santiago e ainda Memórias Paroquiais do Concelho de Loulé entre outras informações recolhidas por alguns estudiosos sobre a evolução da igreja, que se encontram em anexo neste trabalho (ver Anexo III, com tabela sobre as Visitações), e que revelam a existência de obras importantes no século XVI, na medida que neste

¹⁵¹ Pedro Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa ...*, p.30

¹⁵² *Idem, ibidem*, p.33

¹⁵³ *Idem, ibidem*, p.33

século o templo foi alvo de várias campanhas de obras, tendo-se acrescentado diversos anexos, como é o caso das duas capelas laterais, que foram anexadas ao corpo da igreja neste século: a capela de S. Brás que evidencia o trabalho de cantaria tardo-medieval, localizada no lado do Evangelho e a capela da Nossa Senhora da Consolação, no lado da Epístola, e ainda as respetivas sacristias que foram sendo entregues à administração de confrarias e irmandades que aí se sediaram. Promovendo a partir de então cada uma delas a ornamentação que estava sob a sua responsabilidade.¹⁵⁴.

Noutra informação recolhida nos vários documentos e *Visitações*, nomeadamente na: *Visitação de Igrejas Algarvias, Ordem de Santiago ADEIPA* de 1534, refere-se a um escudo real na abóbada da capela-mor “a capela principal é abobada em alvenaria de uma só chave e contém as armas do reino”¹⁵⁵.

Poder-se-á concluir, portanto, que parte da construção da igreja é claramente anterior a obras empreendidas pela Ordem de Santiago, pela marca heráldica do rei. Juntamente com o que foi dito anteriormente nas *Atas de Vereação do Concelho de Loulé*, torna-se perceptível mais uma vez a falta de atenção da Ordem de Santiago para com a Igreja Matriz, tendo as obras ficado, em parte a cargo da Vereação, certamente até ao século XV, ou princípio do século XVI. Tal conclusão é um avanço importante para a compreensão do ritmo das transformações que a igreja sofreu.

3.4. Análise arquitetónica e elementos escultóricos

Por toda a Europa as cidades competiam entre si, tentando que as torres da sua catedral fossem mais altas do que as da cidade vizinha.

Na Península Ibérica o panorama foi diferente. Em Portugal as igrejas paroquiais que se alçaram eram bastante modestas em relação às igrejas coevas que partilhavam do mesmo género mas além-fronteiras. Pequenas, com cobertura em madeira, na maioria das vezes nas naves e no transepto, isto é quando este existia, e normalmente sem

¹⁵⁴ Ver tabela em anexo sobre a organização espacial das capelas e altares na Igreja de S. Clemente e Susana Carrusca, *Loulé, O património artístico*, Loulé, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 2001, pp. 77 e 90

¹⁵⁵ Francisco I. C. Lameira e Maria Helena Rodrigues dos Santos, *Visitação de Igrejas Algarvias Ordem de Santiago, Faro, Associação de Defesa e Investigação do Património Cultural e natural dos Concelhos de Faro, Olhão, São Brás de Alportel e Tavira «ADEIPA»*, 1988 p.28

recurso ao uso de arcobotantes¹⁵⁶. Os contrafortes foram mantidos, o que obrigou o permanente uso de aberturas pequenas, modestas frestas que não se comparavam em nada com as grandes envidraçadas e coloridas janelas que são o emblema das catedrais góticas europeias, nomeadamente no norte¹⁵⁷. Nas capelas da cabeceira, as abóbadas eram vulgarmente de estrutura ogival. “As molduras das impostas e nervuras ganharam novos recortes, e a decoração naturalista avançou. Os pilares ficaram mais finos, as frestas aumentaram em número e um pouco em largura e o espaço interior ficou mais amplo e mais claro”¹⁵⁸. Isto diz-nos Pedro Dias, e diz-nos ainda que a igreja-tipo de média dimensão ficou definida ainda no século XIII, por ação das ordens religiosas, principalmente pelas ordens mendicantes, por um plano em cruz latina, três naves com arcadas longitudinais cobertas de madeira, transepto pouco saliente, e cabeceira tripla com abóbadas de nervura, mas estas variavam, pois podia existir cabeceiras com só uma abside¹⁵⁹.

À luz da História da Arte, poucos foram os estudos efetuados sobre a Igreja de S. Clemente, no que diz respeito à sua análise arquitetónica e escultórica. No entanto as análises de maior relevância, apesar de muito sucintas, foram realizadas pelos historiadores Pedro Dias e Paulo Pereira, sendo a partir delas, possível termos uma caracterização ainda que mínima desta igreja paroquial.

Pedro Dias, que nas suas obras identifica a Igreja de S. Clemente como Igreja de Santa Maria do Castelo de Loulé ou ainda de Santa Maria de Loulé tal como o historiador Paulo Pereira, alimentando uma clara confusão, em relação ao nome da igreja, pois o nome que lhe foi atribuído é o do Orago São Clemente como já vimos em capítulos anteriores¹⁶⁰.

Antes de mais devemos referir que a Matriz de Loulé pertence a uma tipologia de templos paroquiais de pequenas dimensões mas de bom acabamento, que encontramos em vigor desde princípios do século XIII e que Pedro Dias atribui como critério de classificação a terras do litoral de bons recursos¹⁶¹.

¹⁵⁶ Pedro Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa* ..., p.17

¹⁵⁷ *Idem ibidem*, p.17

¹⁵⁸ *Idem ibidem*, p.18

¹⁵⁹ *Idem ibidem*, p.18

¹⁶⁰ “V” Pedro Dias, *História da arte em Portugal*, vol. IV, Lisboa, ed. Alfa, 1993, p.90,

Pedro Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, ed. Estampa, 1994, p. 149 e Paulo Pereira (dir.) *História da Arte Portuguesa vol. I, Da Pré-história ao «Modos» Gótico*, s.l., Circulo dos Leitores, 1995, p.385

¹⁶¹ Paulo Pereira, *op. cit.*, p. 385



Fig.6 – Igreja de S. Clemente vista geral
Fonte: SIPA (s.d)

Paulo Pereira diz-nos que: “Uma das mais antigas é a Igreja de Santa Maria de Loulé (...) com planta de três naves de quatro tramos e composição do tipo «mendicante». No entanto a fachada parece mais fechada do que é habitual, com três corpos, sendo o mais alto o central onde se rasga um óculo”¹⁶².

Através da descrição dos dois historiados podemos fazer uma análise mais detalhada do edifício.

Assim sendo, apesar de São Clemente de Loulé ser uma igreja de cariz paroquial reflete na sua arquitetura cânones do programa mendicante, onde a simplicidade é uma característica importantíssima como iremos ver ao longo da análise. O templo de S. Clemente insere-se no amplo movimento gótico de índole paroquial, que adotando um simplificado modelo específico dos templos mendicantes, cobriu grande parte da

¹⁶² Paulo Pereira, *op. cit.*, p. 385

paisagem portuguesa dos séculos XIII ao XV, em particular nos mais importantes aglomerados populacionais de média dimensão¹⁶³.

Mas quais as características deste programa mendicante, para além da sua simplicidade, e o porquê o uso dos seus cânones no gótico paroquial? Antes de iniciarmos uma análise mais concreta sobre S. Clemente, devemos responder a estas questões. Vejamos então:

No desenvolvimento e difusão da arquitetura gótica portuguesa, a encomenda de motivação mendicante, tem uma enorme importância, muito superior à episcopal e paroquial. Esta importância deve-se não só ao número e ao volume das igrejas conventuais que nos foram deixadas, como também e essencialmente, à espacialidade e às soluções construtivas que elas nos mostram, as quais formadas pelo espírito e atuação religiosa dos mendicantes e pelas determinações dos seus Capítulos Gerais (conjunto de normas que diziam respeito às dimensões e à altura que os edifícios não poderiam exceder, de acordo com o princípio da humildade, as casas deviam ser baixas e com aspeto simples)¹⁶⁴. Padronizaram quase toda a melhor arquitetura gótica em Portugal¹⁶⁵. As primeiras instalações mendicantes edificadas são então caracterizadas por instalações muito modestas e pequenas como um reflexo de pobreza, passando na parte final do século XIII, os mendicantes a usufruir de maior autonomia religiosa¹⁶⁶.

Na arquitetura mendicante temos igrejas de três naves com uma caracterizada espacialidade existiram também pequenos templos também de uma só nave, como foi comum na Europa e em Portugal temos o exemplo de S. Francisco de Portalegre. O corpo das igrejas mendicantes tende para uma unificação espacial, possibilitada por uma disposição alargada dos pilares pouco espessos. E a sistemática cobertura em madeira favorecia o seu adelgaçamento¹⁶⁷. A cabeceira da arquitetura mendicante é alargada e abobadada, e podia compor-se de três ou cinco capelas¹⁶⁸.

¹⁶³ Informações obtidas na página oficial do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, disponível em: <http://www.igespar.pt/en/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70412/>, consultado a: 30/02/2012

¹⁶⁴ Francisco Manuel de Almeida Correia Teixeira, *A Arquitectura Monástica e Conventual feminina em Portugal nos séculos XIII e XIV*, Faro, Universidade do Algarve, 2007, p.47

¹⁶⁵ Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da Arte em Portugal – O Gótico*, Lisboa, Editorial Presença, 2002, p.44

¹⁶⁶ *Idem, ibidem*, pp.45 e 46

¹⁶⁷ *Idem, ibidem*, p.47

¹⁶⁸ *Idem, ibidem*, p. 46

A nossa arquitetura mendicante forjou-se entre Coimbra e Lisboa, tendo um importante centro em Santarém, vejamos os exemplos das seguintes igrejas: *Igreja do Convento de S. Francisco de Santarém* (ampla igreja de três naves, e transepto saliente, cobertura de madeira, e cabeceira com cinco capelas, com abóbadas de nervuras), *Igreja de Santa Cruz de Santarém* (três naves, três tramos, sem transepto, ampla capela-mor de dois tramos, coberta por uma forte abóbada de nervuras simples), *Igreja de Santa Clara de Santarém* difere das anteriores pela sua extensão, e a cabeceira deveria ainda ser um pouco diferente das restantes no que respeita ao seu abobadamento)¹⁶⁹. Mas encontramos ainda no Alentejo exemplos da arquitetura gótica mendicante como: a Igreja de S. Francisco de Extremoz (exemplo do nosso gótico primário das ordens mendicantes, com corpo de três naves coberto de madeira, cinco tramos e cabeceira tripla abobadada)¹⁷⁰.

Em suma do que foi dito anteriormente devemos reter como Pedro Dias nos diz, o quanto ainda hoje são visíveis as características comuns de todas estas igrejas: “corpo de três naves cobertas de madeira e separadas por arcadas sobre finos pilares; transepto saliente e cabeceira abobadada, normalmente com longas frestas de iluminação nas capelas, sendo estas de eixos paralelos (...) as fachadas têm também um traçado comum, com um corpo central mais elevado e a abertura de uma rosácea sobre o portal (...) naturalmente nas restantes igrejas de conventos femininos esse portal não existe na frontaria, mas nos flancos”¹⁷¹. Devemos esclarecer ainda que muitas das igrejas não tinham transepto, este elemento altera-se de igreja para igreja.

A realidade arquitetónica das ordens mendicantes é sobretudo utilitária, mas também simbólica, porque a amplitude, das soluções espaciais exprimem a austeridade na vivência conventual, não deixando, de ser por isso, menos importante.

O gótico paroquial, vai então utilizar estes cânones, pela sua modéstia, e porque nem sempre as paróquias tinham recursos para a criação de grandes obras arquitetónicas, porque estas construções eram realizadas através de iniciativas do clero especialmente (em zonas rurais ou no Interior), da nobreza ou da burguesia endinheirada, inclusive até pelas comunidades locais, logo deparamo-nos com edificações evidentemente de pequena escala, algumas repetindo esquemas simplificados de obras maiores, outras materializando em meios rurais ou em vilas de

¹⁶⁹ “V” Pedro Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa ...*, pp. 73, 74, 75, 77 e 80

¹⁷⁰ *Idem, ibidem*, p.80

¹⁷¹ *Idem, ibidem*, p.77

poucos habitantes o gosto dos grandes centros, outras ainda permanecendo nos arcaísmos¹⁷².

No entanto o gótico paroquial português é notório pelas suas diferenças a nível regional, apresentando linguagens distintas, visível nos sistemas de iluminação, espacialidade e soluções de cobertura - que pode ser marcada pelo modo mendicante, apresentando ainda diferenças nas proporções das alturas e na riqueza da decoração, como é o caso da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira¹⁷³.

Logo devemos entender que a encomenda seja ela paroquial ou de qualquer outro tipo, é muito significativa no que diz respeito ao volume e ao enriquecimento da nossa arquitetura gótica, pois o programa arquitetónico é pensado para o local e para a obra encomendada¹⁷⁴.

Ora vejamos o que nos diz Pedro Dias sobre S. Clemente de Loulé: “A mais típica das construções, e a menos alterada, é a Igreja de Santa Maria do Castelo de Loulé, (...). É um templo do tipo comum do gótico do Sul, na esteira de Santa Maria do Olival, com corpo de três naves com quatro tramos e cabeceira, tudo simples, de regular iluminação e amplo espaço interior, o que é favorecido pela rosácea da frontaria. A fachada denota três corpos interiores, as naves, com o central mais elevado e os laterais mais baixos”¹⁷⁵.

Partindo do que Pedro Dias nos diz constatamos que este templo é composto por três naves e três tramos¹⁷⁶ (Anexo I, Planta 4), e não por quatro, como referem ambos historiados, sem transepto saliente, o que se deve ao reaproveitamento do espaço da mesquita (Anexo I, Planta 4). A fachada que denota três corpos interiores, possui a nave principal, mais larga e elevada que as naves laterais (Anexo II, Fig.6), e encontra-se coberta, tal como estas, por teto de madeira, com o travejamento à vista (as vigas encontram-se à vista devido aos restauros realizados, também para reconstituir o ambiente original da igreja – Anexo II, Fig.7), com telhado de duas águas na nave central e de uma água nas laterais, contendo a igreja o mesmo sistema de cobertura utilizado em toda a região algarvia, repetindo o esquema da arquitetura gótica mendicante¹⁷⁷.

¹⁷² Paulo Pereira, *op. cit.*, p. 381

¹⁷³ Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca *op., cit.*, pp.61 e 62

¹⁷⁴ *Idem, ibidem*, p.63

¹⁷⁵ Pedro Dias, *Historia da arte em Portugal ...*, pp.90 e 91

¹⁷⁶“ V” Francisco Lameira, Pedro Serra, *Igreja Matriz de S. Clemente*, (desdobrável), Loulé, Câmara Municipal de Loulé – Divisão do Património Histórico, s.d. e Susana Carrusca, *Loulé, O património artístico*, Loulé, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 2001, p. 76

¹⁷⁷ Susana Carrusca, *op., cit.*, pp.76 e 77

A cabeceira tem características simples, sendo tripartida, (Anexo I, Planta 4), com capelas de planta rectangular, exceto a capela lateral direita, do lado da Epístola que contém planta poligonal, cobertas por abóbadas em cantaria, nomeadamente: abóbada de berço na capela-mor, artesoada na capela lateral direita, e por uma cúpula na capela lateral esquerda¹⁷⁸ (Anexo II, Figs.8, 9 e 10).

A capela-mor foi um dos primeiros elementos a ser construído, na igreja. As duas capelas laterais serão certamente posteriores, nomeadamente finais do século XIV, primeira metade do século XV¹⁷⁹. A capela lateral direita terá sido modificada na sua forma estrutural, tendo contido outrora a mesma forma rectangular. Os restantes elementos que aparecem na planta (Anexo I, Planta 4) da igreja são posteriores, executados ao longo das várias campanhas de obras que a igreja sofreu, exceto a torre sineira, que se apresenta, como planta quadrangular, como foi visto anteriormente, e corpo severo e elegante (Anexo II, Fig.11).

Exteriormente a fachada principal é marcada por cunhais de pedra aparelhada e organizada em três panos. O eixo da fachada compõe-se, como foi dito por Paulo Pereira por um óculo circular, (Anexo II, Fig.12), contudo pode colocar-se como hipótese a perda da decoração da rosácea, que pode ter possuído outrora, como Pedro dias menciona, que permite deixar entrar a luz para o interior da igreja, favorecendo o seu amplo espaço interior. De características extremamente simples e modestas, o óculo é composto por uma arcadura de pedra, sendo esta a sua moldura.

Da fachada destaca-se ainda o portal axial e sobre este elemento as abordagens realizadas por Paulo Pereira e Pedro Dias, mencionam no caso de Paulo Pereira, que “o portal se inscreve num gablete muito apontado, como se se tratasse ainda de um gótico experimental – ou pelo menos com poucas tradições locais, o que é quase certo”¹⁸⁰. Indicando o termo “gótico experimental” utilizado pelo historiador, devemos ter em conta que S. Clemente para além de uma igreja paroquial por ser mais simples, vai utilizar os cânones mendicantes caracterizados pela austeridade e simplicidade das estruturas, por pertencerem a ordens religiosas pobres, que eram de criação recente¹⁸¹.

Já Pedro Dias caracteriza o portal da seguinte forma: “Interessante é o portal inscrito num desenvolvido gablete de terminação triangular. Três arquivoltas sobre

¹⁷⁸ FAUTL, *Guia de reabilitação e construção, Cidade de Loulé*, Câmara Municipal de Loulé, Faculdade de Arquitectura/Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, s.d.,p.39

¹⁷⁹ Susana Carrusca, *op. cit.*, p.77

¹⁸⁰ Paulo Pereira, *op. cit.*, p. 385

¹⁸¹ Pedro Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa ...*, p. 77

outros tantos colunelos, os mais interiores dos quais estão atrofiados. As impostas são muito salientes e os capitéis são de folhagem naturalista agarrada à cesta”¹⁸².

Partindo da observação do historiador, pretendemos ser ainda mais críticos, começando por dizer que o pano central da fachada principal, é rasgado pelo portal axial, de características simples, no entanto assume-se como elemento estilístico definidor do conjunto. O portal inscreve-se tal como foi dito sobre um gablete, (empena decorativa característica da arquitetura gótica - Anexo II, Fig.13), com arco quebrado de três arquivoltas reentrantes¹⁸³, decorado por um friso muito simples com flores estilizadas na última arquivolta, e nas arestas verticais do gablete, com impostas salientes. Constituído por quatro colunas e dois colunelos bastante mais desgastados pela erosão, (situados, um na parte mais exterior do portal, e outro na ombreira do portal, sustentando a primeira arquivolta mais interior) são encimados por capitéis de trabalho naturalista, ainda algo agarrados à cesta¹⁸⁴ (Figs.13 e 14), cujas bases encontram-se elevadas por plintos. Sobretudo nas colunas e colunelos, são visíveis todavia restos de policromia.

Os capitéis agarrados à cesta serão possivelmente característicos de oficinas de menor categoria, em que apesar da técnica, do canteiro decorador, do pedreiro ou até do mestre-de-obras, os capiteis não se encontravam aperfeiçoados, eram esculpidos com menor qualidade, sem grande precisão, muitas vezes porque o aprendizado era baseado no ensino direto de mestre a auxiliar ou a um discípulo, logo o ensino era presencial e isso limitava a área de difusão de formas¹⁸⁵. Os ábacos com moldura simples salientam as impostas e separam-nas das colunas.

A escultura arquitetónica esculpida nos capitéis com elementos vegetalistas, reflete o gosto pela variedade, pois possuem na totalidade diferentes folhagens, que nascem na base do capitel e desenvolvem-se no cesto - vão até ao cimo, preenchendo algumas folhagens. No cesto (Fig.14,15,16,17,18 e19, indicadas mais abaixo), pode dizer-se que os elementos vegetalistas esculpidos no portal possuem a linha condutora da simplicidade, onde as próprias folhas aparecem nos ângulos dos capitéis tal como as volutas, porque a folha surge a meio do capitel e prolonga-se do cesto até aos ângulos.

¹⁸² Pedro Dias, *Historia da arte em Portugal ...*, p. 91

¹⁸³ Susana Carrusca, op. cit., p.77

¹⁸⁴ *Idem, ibidem*, p.77

¹⁸⁵ Pedro Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa ...*, pp. 40 e 41

Os diferentes tipos de folhas surgem, entreabertas e algo recortadas, embora com pouco relevo, contudo em algumas delas são visíveis os veios das próprias folhas e inclusive o caule, o que lhe concedem um ar ainda mais naturalista. É notável que se trata de um trabalho escultórico diferente do que iremos ver adiante nos capitéis que compõem o interior da igreja. Vejamos:

No lado esquerdo do portal, embora os capitéis das colunas se encontrem corroídos, observamos no primeiro capitel (Fig.14) a contar da ombreira do portal, três hastes/ramos verticais muito pouco estilizados bastante agarrados ao cesto, com folhas longas e esguias, tratadas como se fossem molhes, com terminação da folhagem lobulada ou arredondada. Apresenta nervuras e a folhagem prolonga-se da base do capitel até aos seus ângulos criando certo movimento e ligeira curvatura, próxima dos ângulos do capitel.



Figs.14 e 15 - Capitéis das colunas do lado esquerdo do portal axial, com folhagem naturalista
Fonte: Vanda Pereira 2012

No segundo capitel (Fig.15), vemos três folhas, com cinco folíolos (cinco partes que dividem a planta), que parecem formar uma estrela. As folhas são recortadas nas pontas e os veios aparecem sensivelmente vincados, dando a sensação, de que a folha acabou de abrir. Os caules das folhagens entrelaçam-se criando uma espécie de ondulação perto da base do capitel.

Os capitéis dos colunelos (Fig.16) são vegetalistas, mas devido ao seu estado de deterioração, não conseguimos fazer uma leitura da escultura arquitetónica.



Fig.16 - Capitéis das colunas e dos colunelos do lado esquerdo do portal axial, com decoração vegetalista, já muito degradada
Fonte: Vanda Pereira 2012

No lado direito do portal, o primeiro capitel (Fig.17), bastante degradado, é difícil de descrever. Possui no entanto pouco relevo, decoração agarrada ao cesto, com folhas quase fechadas, formas enroladas nas terminações, e algumas das folhas parecem ter três ou mais folíolos. Estas podem ter algumas semelhanças com folhas de hera, ou de videira, no entanto o capitel encontra-se desgastado, não podendo ser confirmada esta hipótese (Anexo II, Figs.20 e 21 - imagens das duas respetivas plantas)



Fig.17 - Capitel da primeira coluna do lado direito do

portal axial, com decoração vegetalista
Fonte: Vanda Pereira 2012

O segundo capitel (Fig.18) compõe-se de duas hastes verticais, que nascem na base do capitel e prolongam-se até aos seus ângulos, através de três folhas longas sobrepostas em cada haste, em que a folha do meio é menos evidente. As folhagens têm forma oblanceolada (a folha tem a forma lanceolada, mas invertida com a parte mais larga no ápice) com pouco relevo e as nervuras aparecem bem delineadas. A vegetação neste capitel, cria um efeito ondulante, no caule que se prolonga de forma

lenta até à folha, reforçado pelos recortes da folhagem e pelas nervuras. No entanto dá-nos a sensação que este movimento desvanece a meio da folhagem.



Fig.18 - Capitel da segunda coluna do portal axial, com decoração vegetalista
Fonte: Vanda Pereira 2012

Em relação aos colunelos (Fig.19), apenas num deles é visível a folhagem, que é muito parecida com a folhagem do primeiro capitel do lado esquerdo do portal.



Fig.19 - Capitéis das colunas e dos colunelos do lado direito do portal axial, com decoração vegetalista
Fonte: Vanda Pereira 2012

Na Revista Al-'ulyã, foi redigido um breve estudo sobre os capitéis da igreja de S. Clemente, elaborado pelo Padre Henrique Marreiros Varela, que faz uma observação dizendo que nos capitéis as folhas aparecem entreabertas e enroladas, sendo que as folhas esculpidas poderiam retratar plantas da região como: folhas de aipo, de videira, de figueira e de roseira brava¹⁸⁶. Mas este facto, não se comprova, nos capitéis do portal.

¹⁸⁶ Henrique Marreiros Varela *et alii*, *op.*, *cit.*, p. 182

No entanto apenas um capitel (Fig.16), tende a apresentar algumas parecenças com a folha de videira (ou até de hera, que o Sr. Pároco não menciona), mas o seu estado de conservação não permite que retiremos conclusões.

No eixo do gablete, localiza-se uma mísula (pedestal prismático) ornamentada com a cruz da Ordem de Santiago, algo degradada. É possível colocar a hipótese que a mísula estaria a receber uma imagem, no entanto não são conhecidos dados que confirmem esta hipótese.

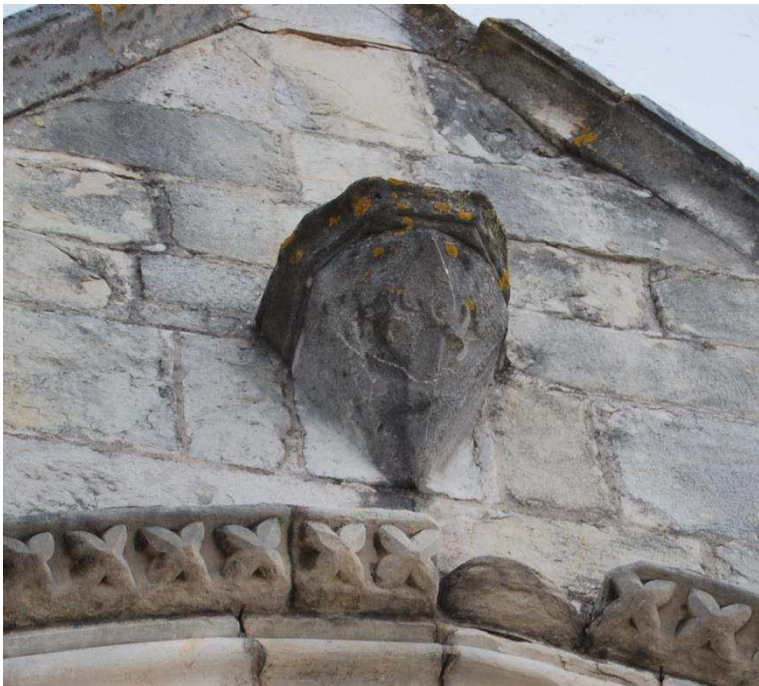


Fig.22 – Mísula, localizada no eixo do gablete, com a cruz da Ordem de Santiago esculpida
Fonte: Vanda Pereira 2012

As fachadas laterais “apresentam apenas estreitas frestas”¹⁸⁷, (Anexo II, Fig.23), citando Paulo Pereira. São visíveis as pequenas frestas, no entanto algumas delas estiveram cobertas até há algum tempo, sendo desentapadas em 1969, numa das campanhas de obras realizada, pela Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais na década de 60 do século XX¹⁸⁸, como se pode comprovar na ficha de inventário da Igreja de S. Clemente de Loulé, e nos documentos que se encontram em arquivo, respetivamente digitalizados, para que se torne possível consulta-los (Anexo II, Fig.24 e Anexo III, Doc. 1).

¹⁸⁷ Paulo Pereira, *op., cit.*, p.385

¹⁸⁸ “V” Informações obtidas na página oficial do SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, 2011, disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2900, acedido 26/02/2012 e anexo com a respetiva informação sobre a obras realizadas pelos Monumentos Nacionais.

As restantes frestas, certamente terão sido construídas por esta instituição, na mesma época em detrimento do sismo de 1969, que obrigou a uma intervenção séria da antiga Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, que valorizou alguns elementos medievais adulterados na reconstrução oitocentista¹⁸⁹. Graças ao arquivo documental e fotográfico, que se encontra em posse Dos Monumentos Nacionais, numa base de dados digital, é possível verificar algumas das modificações que a igreja sofreu, e as quais as suas diferenças ao longo de várias décadas (Ver Anexo II).

Na fachada norte e até há algum tempo encoberto por algumas salas construídas como apêndice da igreja, encontra-se um pequeno portal lateral (Anexo II, Fig.25, próximo da torre sineira. Este poderá remontar ao mesmo período de construção da igreja, ou ser posterior. No entanto, não o podemos afirmar com segurança, pois as únicas fontes de que usufruímos sobre este portal, constam na *Revista Al-Ulya*, em um capítulo escrito pelo Pároco Henrique Marreiros Varela em colaboração com outros párocos, onde é mencionado que o portal estaria encoberto por algumas salas construídas como apêndice à igreja¹⁹⁰. Comparando e analisando também algumas fotografias sobre as obras realizadas na igreja entre a década de 60 e 70, aparentemente evidencia-se que o portal estaria oculto, ainda que pode ser uma análise falaciosa, porque poderá ser obra da instituição Monumentos Nacionais¹⁹¹. O pequeno portal é formado por um arco quebrado, liso sem colunelos nem capitéis (Anexo II, Figs. 26, 27 e 28).

Nos alçados laterais é visível a proeminência da nave central em relação às laterais, onde do lado Norte depois do portal lateral, erguem-se dependências anexas de diferentes perfis e a torre sineira, elemento cristianizado após a reconquista¹⁹² (Anexo I, Plantas 4, 5, 6 e 7).

No século XVI a torre detinha dois sinos grandes e no topo um relógio¹⁹³. Contudo posteriormente sofreu algumas modificações. E no século XIX mais precisamente em 1813 foram colocados quatro sinos novos¹⁹⁴. E restam ainda na parte inferior da torre, alguns silhares almofadados da antiga torre da mesquita¹⁹⁵ (Anexo II, Fig.5).

¹⁸⁹ Francisco Lameira, Pedro Serra, *op. cit.*

¹⁹⁰ Henrique Marreiros Varela *et alii*, *op. cit.*, p.172

¹⁹¹ ¹⁹¹ Vº Anexo fotográfico

¹⁹² Paulo Pereira, *op. cit.*, p.171

¹⁹³ Francisco Lameira, Pedro Serra, *op. cit.*

¹⁹⁴ SIPA, *op. cit.*

¹⁹⁵ Susana Carrusca, *op. cit.*, p.64

O interior, revela um espaço amplo, composto por arcadas longitudinais com arcos quebrados simples, sem molduras, ligados por finas colunas igualmente simples, não existindo pilares adossados, por “ser” também este o espaço da antiga mesquita. Foram reaproveitados os fustes para o atual templo, pois é perceptível que estes não foram construídos propositadamente para a igreja, mas aproveitados de uma outra construção¹⁹⁶. Ao contrário das colunas embutidas na entrada, que serão decerto posteriores, erguidas pelos Monumentos Nacionais. Estas diferenciam-se das colunas das arcadas divisórias das naves, pela constituição dos tambores, compondo-se por vários tambores e as outras colunas por apenas dois tambores; (Anexo II, Fig.29 e 30).

Se observarmos a pedra de que são feitas as várias colunas, esta parece diferente comparando com a pedra utilizada nas colunas que se encontram embutidas nas paredes, para além de que, as colunas das naves apresentam todavia restos de policromia. É ainda evidente que foram alvo de obras de conservação e restauro, no que respeita aos revestimentos decorativos no âmbito das várias obras de manutenção da igreja realizadas pela DGEMN. (Anexo II, Fig.31 e 32).

No entanto nos relatórios da DGEMN não se manifesta informação alguma em relação a obras realizadas nos capitéis, apenas remete no ano de 2000 e 2001, para a salvaguarda “das alvenarias de modo a preparar uma futura recuperação dos revestimentos decorativos”¹⁹⁷. Não obstante, pode ser colocada a hipótese de alguns destes elementos serem novos, o que não seria de estranhar, devido aos vários abalos e sismos que a igreja sofreu, uns mais graves que outros, poderão ter obrigado a uma intervenção mais séria, o que explicaria, a execução de novos capiteis, para substituir os anteriores. (Anexo III, Doc.2).

A existência de colunas em vez de pilares proporciona um espaço mais amplo, característico da espacialidade gótica, tornando este espaço ainda mais gótico pela sua homogeneidade. Entre a nave central e as laterais é notória esta espacialidade, apesar das diferentes alturas que as naves possuem (Anexo II, Fig. 33 e 34).

No que respeita à escultura arquitetónica, os capitéis das arcadas divisória das naves, contêm motivos vegetalistas, que aparecem sem relevo bastante agarrados à cesta, característica que se encontra mais acentuada, quando comparados com os

¹⁹⁶ Henrique Marreiros Varela *et alii*, *op., cit.*, pp.181 e 182

¹⁹⁷ “V” anexo documental, Relatório da DGEMN

capitéis do portal axial, “claro sintoma de arcaísmo”¹⁹⁸. Mas esta é uma particularidade das oficinas de menor qualidade, como foi dito anteriormente.

Com folhagens diversas (evidência do gosto pela variedade), abertas mas muito pouco recortadas, que terminam normalmente com o caule enrolado. A folhagem nasce junto à base e prolongam-se até ao cesto, encontrando-se esculpida igualmente nos ângulos do capitel, no entanto, de forma bastante arcaica, sem qualquer desenvoltura, esculpida com extrema simplicidade. Os ábacos possuem pouca reentrância e um aspeto arcaico semelhante.



Fig.35 - Capitel vegetalista, primeiro a contar da entrada da nave lateral direita
Fonte: Vanda Pereira 2012

O primeiro capitel, (Fig.35) a contar da entrada da nave lateral direita, possui decoração vegetalista, bastante agarrada ao cesto, onde são visíveis folhagens a meio do cesto do capitel e nos ângulos. As folhas têm parecenças com o capitel da primeira coluna do lado direito do portal axial, mas aqui as folhas tem cinco folíolos.

¹⁹⁸ Pedro Dias, *Historia da arte em Portugal, vol. IV*, Lisboa, ed. Alfa, 1993, p. 91

Estas podem ter algumas semelhanças com as folhas de videira, (Anexo II, Figs.20),. Os caules das folhas surgem na base do capitel, com uma forma mais geométrica, entrelaçando-se a meio do cesto, formando depois quase uma forma de coração ou uma forma ovalada algo achatada em volta da folha.



Fig.36 - Capitel vegetalista, segundo a contar da entrada da nave lateral direita
Fonte: Vanda Pereira 2012

O segundo capitel, (Fig.36) a contar da entrada da nave lateral direita, possui vários ramos de folhas esculpidos na vertical entre o centro do capitel e os ângulos. Na base do capitel, nasce o caule da folha, largo, prolongando-se até meio do cesto, a partir de onde se abre o ramo, as folhas vão desenrolando-se como se a planta estivesse a brotar. No entanto são visíveis, algumas folhas mais espalmadas que outras e arredondas nas extremidades, com aspeto carnudo. O ábaco constitui-se apenas por moldura fina, quase sem reentrância.



Fig.37 - Capitel vegetalista, primeiro a contar da entrada da nave lateral esquerda
Fonte: Vanda Pereira 2012

O primeiro capitel (Fig.37), a contar da entrada da nave lateral esquerda, bastante agarrado à cesta, contém folhagem vertical, praticamente sem relevo. Tal como os outros capitéis o caule da folha nasce na base e a folhagem aparece aberta apenas no cesto. As folhas surgem com cinco folíolos, mais esguios no início do cesto engrossando depois, até ao final do cesto, com formas recortadas e terminação arredondada. Neste

capitel é visível que parte dele já sofreu um restauro.



Fig.38 - Capitel vegetalista, segundo a contar da entrada da nave lateral esquerda
Fonte: Vanda Pereira 2012

O segundo capitel, (Fig.38) a contar da entrada da nave lateral esquerda, contém folhas muito fechadas. Igualmente agarradas ao cesto localizam-se uma em cada ângulo, e outra folha no meio do capitel. Arredondadas e pouco recortadas possuem pequenas dimensões e vários folíolos. O caule que surge da base do capitel como um só divide-se e rodeia a folha, com uma forma alongada (que parece um coração novamente), e volta a unir-se quando chega ao centro da folha.

Caso curioso, foi o aparecimento de um tambor de coluna encaixado na torre sineira, nitidamente desenquadrado de todo o conjunto¹⁹⁹.

Antes de encerrarmos esta análise, devemos constatar um facto muito relevante sobre o portal axial, sendo que o portal inscrito no gablete terá sido construído tardiamente em relação ao resto da igreja²⁰⁰, entre finais do século XIV, princípio do século XV, assim como a mísula com a cruz da Ordem de Santiago, isto porque é notória a diferença entre a decoração esculpida nos capitéis do portal e os capitéis que compõem as naves. A oficina que esteve a cargo da obra do portal não terá sido a mesma, porque a escultura arquitetónica do portal é diferente, com folhagens mais naturalista, um pouco mais trabalhadas a nível de detalhes, realçado pelos veios das folhas, e pelas formas um pouco mais recortadas. Isto demonstra a lentidão a que estas construções estariam sujeitas, o que é corroborado pela informação que a Vereações nos anui. Podendo demorar anos, as construções iniciavam-se num século e poderiam ter a sua conclusão em outra centúria, envolvidas em toda uma problemática, que poderiam acarretar as mudanças de estaleiros ou oficinas.

¹⁹⁹ Henrique Marreiros Varela *et alii*, *op. cit.*, p. 180

²⁰⁰ *Idem*, *ibidem*, p.171

4. S. Clemente como Monumento Nacional sob proteção da DGEMN - Campanhas de Obras

A Igreja de S. Clemente de Loulé foi classificada como Monumento Nacional Decreto n.º 9842 de 20 de Junho de 1924²⁰¹. Deste então passou a estar sobre a proteção da Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, que como detentora das atribuições de salvaguarda e valorização de património arquitetónico, promoveu intervenções no edifício, sempre que este acusa-se alguma precariedade, para manter a sua essência como Monumento Nacional.

Ao longo do século XX, foram realizadas variadíssimas obras pela DGEMN, mas antes da instituição ter dado início ao seu vasto historial de obras, já no século XX, o Pároco Carlos Genovez Pereira patrocinou a substituição do forro do templo por um telhado de telha Marselha²⁰², no entanto não temos conhecimento sobre o ano da intervenção; No que respeita às obras dos Monumentos Nacionais, vejamos as intervenções por ordem cronológica segundo os relatórios da DGEMN (que se encontrarão em anexo, para consulta):

- 1939 – 1943 - Foram feitas diversas obras de restauro nomeadamente: apeamento do coro, limpeza e tomada de juntas em silharia, reparação geral do pavimento em madeira; reparação geral de rebocos com argamassa hidráulica, incluindo cimalthas; construção de um guarda-vento e apeamento do coro, reparação de elementos de cantaria;
- 1940 – Conclusão do pavimento de tijolo e soalho, as naves foram rebocadas e caiadas, foi assente o lajeado e respetivos degraus da capela-mor, e das capelas laterais – continuação de outros trabalhos em curso, mas há a informação de que o culto podia prosseguir;
- 1948 – O Pároco da igreja João Coelho Cabanita refere por escrito num ofício ao Diretor Geral dos Monumentos Nacionais, necessidades urgentes como: a colocação de um púlpito, arranjo da portal principal da igreja (pois estava

²⁰¹ SIPA, *op., cit.*

²⁰² *Idem, ibidem*

bastante degradada), arranjo da escada interior da torre sineira e reboque da parede interior da mesma, ampliação do coro, pois o que está é provisório e minúsculo;

- 1951 – 1959 – As obras que haviam sido propostas e realizadas já há anos não tinham sido concluídas todavia; Em 1951, o Diretor dos Serviços dos M.N. escreve ao Eng.^o Diretor dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que as obras realizadas já há anos não foram acabadas, pelo que se torna necessário para além da construção de um púlpito, a consolidação da torre, caiação e obras de pesquisa em grande parte do M.N., a fim de serem realizadas em 1952. Ainda em 1951, o presidente da Câmara Municipal de Loulé, num relatório ao dito engenheiro dos Monumentos Nacionais, diz, que quando se procedeu à reconstituição da Igreja Matriz, foi prevista para integral recuperação da traça primitiva a colocação de uma rosácea no alçado principal e a construção de um púlpito de pedra, mas apenas se executaram estes interessantes complementos das obras. Mas porque a torre sineira ameaçava ruir, pede socorro imediato e ainda a caiação exterior de todo o edifício, logo que se reserve um orçamento para tal;
- 1955 – Temos conhecimento de um novo plano de trabalho, mas apenas são aceites as propostas relativas ao arranjo dos telhados e da torre sineira;
- 1959 – Ainda não tinham sido concluídas as obras e havia já três anos;
- 1961 – Assentamento de uma porta na torre, fornecimento e assentamento de um cabeçote de sino na torre, reparação de outros dois cabeçotes, que se encontravam em mau estado, pintura dos restantes cabeçotes, limpeza e reparação de um algeroz;
- 1965 – Reconstrução de telhados, refechamento de fendas existentes em paredes e abóbadas, construção de cintas de travão de betão armado e betão armado em lintéis, fornecimento e assentamento de um cabeçote para um sino, limpeza de caleiras e algerozes em telhados, construção de esteira de tijolo armado, servindo de esteira para telhado;
- 1969 – Substituição de telha marselha por românica e portuguesa; demolição das abóbadas existentes e construção de tetos em madeira com barrotes arrincoados para ficar à vista; consolidação da parede da fachada principal e da sua ligação com as paredes que dividem as naves, através de betão armado; desentaipamento das frestas que se situam nestas paredes; Apear o que ficou da abóbada da nave lateral direita; fornecimento e assentamento de cantaria nos degraus da porta lateral, reconstrução de rebocos nas fachadas, reparação

ligeira do pavimento de madeira das naves, reparação e pintura do portal principal e pintura da lateral; colocação de um catavento de ferro forjado na torre sineira; fornecer e assentar vitrais em frestas e óculo, pintura com produto que preserve os tetos de madeira, demolição de pavimentos;

- 1972 – Demolição dos pavimentos em mau estado e reconstrução dos mesmos em tijoleira prensada e feixes de cantaria nas naves e numa capela; reconstrução de rebocos em mau estado e reparação dos paramentos da torre sineira; fornecimento de rodapé de tijoleira; reconstrução de rebocos em mau estado; construção e assentamento de portas e caixilhos;
- 1973 – Demolição de telhados em estado de ruína; construção de betão armado em lintéis e vigas; reconstrução de telhados empregando telha românica; construção de lajes em esteiras de telhados;
- 1975 - 1977 – Continuação da reparação dos telhados; refechamento de cantaria numa cúpula; desentupimento e isolamento de gárgulas e caleiras de telhados; reconstrução de rebocos salitrosos; fornecimento e assentamento de vidros em caixilhos e lanterninha; caiação de paredes exteriores;
- 1979 – Reconstrução dos telhados da capela lateral esquerda e sacristia, reparação da fresta da entrada principal; reparação da instalação elétrica; reparação e limpeza do telhado de um anexo, reparação de beirado e sanca de zona do telhado principal; reparação do frontão de cantaria da entrada principal; reconstrução de rebocos salitrosos no interior e exterior; pintura de e portas e guarda-vento; fornecimento e assentamento de vidros na claraboia da Capela do Santíssimo; caiação de paredes e abóbadas;
- 1980 – Reconstrução de rebocos salitrosos; substituição do papel de fundo do nicho do Altar-mor;
- 1984 – Reparação de telhados e reconstrução de rebocos salitrosos;
- 1987 – Proposta para o restauro dos azulejos da Capela da N^a. Sr.^a da Consolação; proposta de obras e estudos para o orçamento de 1988;
- 2000 - 2001 – Obras de recuperação geral: conservação e recuperação de coberturas, revisão de rebocos e caixilharias, reparação de portas conservação da torre sineira incluindo remoção de argamassas degradadas, preenchimento de rombos, proteção das alvenarias de modo a preparar uma futura recuperação dos revestimentos decorativos, nomeadamente os esgrafitos, recolocação de pedra com cruz esculpida caída da parede lateral e de pedra lisa no soco que se encontra deslocada, revisão dos cabeçotes dos sinos, fornecimento e montagem

de vidro duplo incolor e substituição de vidros coloridos; caiação geral do exterior do edifício, limpeza superficial de cantarias²⁰³.

Através da cronologia sobre as campanhas de obras empreendidas na Igreja de S. Clemente, podemos observar, que ao longo de vários anos a DGEMN, teve a preocupação de cuidar da manutenção e recuperação do Monumento, para que este não fosse adulterado e conserva-se o seu carácter medievo, da traça primitiva, embora adulterada pela reconstrução oitocentista, pois o século XVIII foi na região algarvia, um período marcado por uma grande prosperidade e forte implantação artística, procedendo-se assim na igreja Matriz, à renovação de todas as capelas ²⁰⁴ nomeadamente pelas Confrarias e irmandades, que promoveram obras nas suas capelas e ornamentações, sobrevivendo até hoje interessantes testemunhos artísticos do século XVIII²⁰⁵, como é o caso da Confraria de Nossa Senhora da Consolação que nos princípios do século XVIII, promoveu a renovação interior da capela, resultando numa atmosfera barroca de grande qualidade²⁰⁶.

As renovações realizadas na igreja durante a campanha oitocentista, também surgiram em parte devido ao terramoto de 1755, que danificou bastante esta igreja, em particular as abóbadas: da capela-mor, de uma capela lateral, da capela de S. Brás e ainda a torre sineira²⁰⁷.

Ainda nesta centúria, foram mandados construir vários retábulos, dois deles encontram-se nas capelas laterais, no lado da Epístola e foram mandados fazer no terceiro quartel deste século, por confrarias sediadas no templo, o retábulo da capela-mor da igreja foi encomendado também no mesmo século (1730), assim como a feitura do retábulo da Confraria da Nossa Senhora da Luz (1738), o retábulo da Capela de S. Brás (1739) e ainda o retábulo da Confraria das Almas (1725)²⁰⁸.

²⁰³ Consultar anexos referentes aos relatórios da DGEMN

²⁰⁴ Francisco Lameira, Pedro Serra, *op. cit.*

²⁰⁵ Susana Carrusca, *op. cit.*, p.77

²⁰⁶ Francisco Lameira, Pedro Serra, *op. cit.*

²⁰⁷ *Idem, ibidem*

²⁰⁸ “V” Francisco Lameira, Pedro Serra, *Igreja Matriz de S. Clemente*, (desdobrável), Loulé, Câmara Municipal de Loulé – Divisão do Património Histórico, s.d. e Susana Carrusca, *Loulé, O património artístico*, Loulé, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 2001, pp. 117 e 118

Apesar dos relatórios da DGEMN, serem de extremo valor, no que respeita à salvaguarda do Monumento e manutenção deste, não encontramos informações, sobre alguns elementos importantes como os capitéis, se foram alterados no seguimento de uma intervenção de urgência na igreja, ou se as frestas que vemos nos alçados do templo foram colocadas pelos Monumentos Nacionais, (apenas sabemos que foram encontradas quatro que estariam entaipadas), ou por exemplo qual seria exatamente o estado da dita igreja antes de ser reconhecida como Monumento Nacional.

Assim após a análise dos relatórios e das memórias descritivas das obras executadas na igreja, estes não nos concedem toda a informação que procuramos, o que permitiria uma investigação sobre a caracterização da Igreja de S. Clemente muito mais aprofundada.

Conclusão

A Igreja de São Clemente notável exemplar de arquitetura gótica Algarvia, por equívoco dos estudiosos, ou talvez por tradição, é situada por vários autores cronologicamente, como uma obra do tempo de D. Dinis (1279-1325). Mas verifica-se que esta questão levanta controvérsias, pois não é possível que entre a Reconquista de Loulé em 1249 e o começo do reinado de D. Dinis, não tenha sido consagrada em Loulé nenhuma igreja para louvar o culto cristão, na medida em que a prática do culto cristão foi, implantado na terra de Loulé após a Reconquista, para cortar qualquer vínculo com o culto passado e como forma de crença em um novo poder, obrigando as cidades recém-conquistadas a um esforço do ponto de vista da edificação de estruturas enquadrantes das populações, abrigando-as e dando-lhes conforto espiritual. Logo por este facto concluímos que S. Clemente é uma obra do começo da dinastia de Afonso III (1245-1279).

Contudo um dos mais graves problemas que os investigadores enfrentam é situa-la a nível da cronologia da obra gótica, porque tratam-na como obra do século XIII, e outros como sendo posterior, datável do século XV, como o historiador Pedro Dias²⁰⁹. No entanto comprovamos que a igreja terá como data charneira de edificação o ano de 1259, segunda metade do século XIII, porém as suas obras prolongaram-se por vários anos e durante vários reinados, desde a segunda metade do século XIII até ao século XV, como consta nas *Actas de Vereação de Loulé dos séculos XIV-XV*.

Mas acima de tudo o problema mais grave é caracteriza-la no que respeita à antiga mesquita e ao aproveitamento das suas estruturas, na medida em que pouco se conhece sobre Loulé islâmico, e ao contrário do que aconteceu com a mesquita de Mértola, que foi transformada em Igreja Matriz, onde coexistiu o problema de conciliar a memória e os vestígios da presença do *mirhab* da antiga mesquita almóada, conseguindo-se fazê-lo, através das informações que constam nas *Visitações da Ordem de Santiago*. Já em S. Clemente não foi possível chegarmos a conclusões, sobre onde estaria o *mirhab*, o que foi feito dele, ou ainda se o altar-mor chegou mesmo a ocupar o seu lugar após a Reconquista, surgindo assim dúvidas, problemas no que respeita principalmente à orientação da igreja e à planta anómala, mas estes aspetos estarão fundamentalmente ligados ao reaproveitamento das paredes-mestras e dos fustes da

²⁰⁹ Pedro Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, ed. Estampa, 1994, p. 148

mesquita almóada. E ainda à torre sineira, elemento arquitetónico comprovado como anterior minarete da mesquita.

Sabemos que a 4 de Dezembro de 1298 a igreja de São Clemente foi doada à Ordem de Santiago, por acordo feito entre o rei D. Dinis e o mestre da Ordem, logo por esta lógica as obras para a conclusão total da igreja, deveriam ficar assim a cargo da Ordem, mas as *Actas de Vereação de Loulé dos séculos XIV-XV*, revelam a falta de organização na edificação da igreja, e o incumprimento e desinteresse dos Santiaguistas para com esta, mesmo fazendo a igreja parte da Ordem de Santiago. Face à falta de interesse dos Cavaleiros da Ordem e às dificuldades de financiamento, existiam os interesses dos membros da Vereação, e a sua preocupação para que as obras da igreja fossem realizadas sem mais estorvos, sendo que a Vereação terá ainda levado adiante parte da obra da igreja.

Conclui-se que, apesar de São Clemente de Loulé ser uma igreja de cariz paroquial reflete na sua arquitetura cânones do programa mendicante, onde a simplicidade é uma característica importantíssima, e insere-se no amplo movimento gótico de índole paroquial, que, adotando um simplificado modelo específico dos templos mendicantes, cobriu grande parte da paisagem portuguesa dos séculos XIII ao XV. Composto por três naves e três tramos, sem transepto saliente, o que se deve ao reaproveitamento do espaço da mesquita, tem a nave principal, mais larga e elevada que as naves laterais, e encontra-se coberta, tal como estas, por teto de madeira, contendo a igreja o mesmo sistema de cobertura utilizado em toda a região algarvia, repetindo o esquema da arquitetura gótica mendicante, onde apenas a cabeceira é abobadada, coberta por abóbadas de cantaria, pois a cabeceira é tripartida, mas simples. A capela-mor tem planta rectangular, tal como a capela lateral esquerda, do Lado do Evangelho, mas a capela lateral direita do lado da Epístola contém planta poligonal.

As duas capelas laterais serão certamente posteriores, nomeadamente finais do século XIV, primeira metade do século XV. É de salientar mais uma vez a possibilidade da capela lateral direita ter sido modificada na sua forma estrutural, tendo tido outrora a mesma forma rectangular que a outra capela colateral. Os restantes elementos que aparecem na planta da igreja são posteriores.

Tanto a escultura arquitetónica exterior, localizadas nos capitéis do portal e no gablete, como a interior, são extremamente simples de cariz naturalista, com aspeto arcaizante, sem relevo e muito agarrada à cesta no que respeita aos capitéis, inclusive

as pequenas flores esculpidas no portal são de enorme simplicidade, assim como as arquivoltas reentrantes do arco quebrado.

Com os sismos de 1755, 1856 e 1969, a igreja foi sofrendo graves danos. Classificado como monumento nacional em 1924 o templo sofreu subsequentes reconstruções, o que em parte fez com que recuperasse o carácter medievo, adulterado pela reconstrução oitocentista.

Ao longo do século XX, foram realizadas variadíssimas obras pela DGEMN, porém os relatórios das obras, não proporcionam informações, de grande importância para o estudo realizado, como mencionamos anteriormente no quarto capítulo.

Bibliografia

Actas de Vereação de Loulé – Séculos XIV-XV, in Al-'ulyã, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé nº 7, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 1999/00.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira; BARROCA, Mário Jorge, *História da Arte em Portugal – O Gótico*, Lisboa, Editorial Presença, 2002.

BOTÃO, Maria de Fátima, *A construção de uma identidade urbana no Algarve medieval - o caso de Loulé*, s.l., Caleidoscópio, 2009.

CARRUSCA, Susana Carrusca, *Loulé, O património artístico*, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 2001.

CATARINO, Helena, *Herança Islâmica na Madinat al- 'Uliã (Loulé) – Arqueologia e Território in Património Islâmico dos centros urbanos do Algarve: Contributo para o futuro* – s.l., Comissão de coordenação da região do Algarve, s.d.

COELHO, António Borges, *Portugal na Espanha Árabe*, Caminho, Lisboa, 2008.

COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto, *Ordens Militares e Fronteira: um Desempenho Militar, Jurisdicional e Político em Tempos Medievais*, in *Revista da Faculdade de Letras, História*, Porto, III Série, vol. 7, 2006.

DIAS, Pedro, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, ed. Estampa, 1994.

DIAS, Pedro, *Historia da arte em Portugal*, vol. IV, Lisboa, ed. Alfa, 1993.

DOMINGUES, José D. Garcia, *O Místico Louletano Al- Oriani e o pensamento filosófico-teológico do Islame Ocidental*, Lisboa, s.n.,1954.

ENCARNAÇÃO, Pedro Henrique Ferreira, *As visitas da ordem de Sant'iago às igrejas do concelho de Loulé no ano de 1534*, Faro, Secretaria de Estado da Cultura, Delegação Regional do Algarve, 1993.

FAUTL, *Guia de reabilitação e construção, Cidade de Loulé*, Câmara Municipal de Loulé, Faculdade de Arquitectura/Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, s.d.

FERREIRA, Maria Isabel Rodrigues, *A Normativa das Ordens Militares Portuguesas (séculos XII-XVI), Poderes, Sociedade, Espiritualidade vol. I*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

FREITAS, Pedro, *Quadros de Loulé Antigo – A alma de Loulé em livro*, Lisboa, Câmara de Loulé, 1980.

FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da, *Crónica da Conquista do Algarve: edições restituída e crítica, anotada*, Guimarães, Boletim de Trabalhos Históricos, vol.38, 1987.

GARCIA, João Carlos, *O Espaço Medieval da conquista no sudoeste da Península Ibérica*, Lisboa, Império, 1989.

GONÇALVES, Ana, *Intervenção Arqueológica no Convento Espírito Santo*, in Revista Al'ulyã, Loulé, nº4, Câmara Municipal de Loulé 1995.

JOSÉ, Frei João de São, *Corografia do Reino do Algarve (1577) in Duas Descrições do Algarve do século XVI*, Lisboa, 1983.

LAMEIRA, Francisco; SERRA, Pedro, *Igreja Matriz de S. Clemente*, (desdobrável), Loulé, Câmara Municipal de Loulé – Divisão do Património Histórico, s.d.

LAMEIRA, Francisco I. C. Lameira; SANTOS, Maria Helena Rodrigues dos, *Visitação de Igrejas Algarvias Ordem de Santiago, Faro, Associação de Defesa e Investigação do Património Cultural e natural dos Concelhos de Faro, Olhão, São Brás de Alportel e Tavira «ADEIPA»*, 1988.

MACHADO, José Pedro, *Crónica da Conquista do Algarve: Texto de 1792, Comentários e notas in Anais do Município de Faro*, Faro – nº8, 1978.

MAGALHÃES, Joaquim Romero Magalhães, *A conquista do Algarve aos mouros*, Faro, Câmara Municipal de Faro, 1987.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, Lisboa, ed. Sá da Costa, 1981.

MARTINS, Isilda Pires; MATOS, José Luís de, *Muralhas de Loulé*, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 1986.

MARTINS, Isilda Maria Pires, *O Foral de Loulé de 1266*, Faro, Câmara Municipal de Loulé, 1985.

MARTINS, Luísa Fernanda Guerreira; Cabanita, Pe. João Coelho, *Visitação das Igrejas do Concelho de Loulé pertencentes à Ordem de Santiago 1518*, Loulé, Ministério da Cultura. 1995.

MARTINS, Luísa Fernanda Guerreira, Memórias Paroquiais do Concelho de Loulé, in *Al-'ulyã*, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé nº10, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 2004.

MARTINS, Luísa Fernanda Guerreira; Cabanita, Pe. João Coelho, *Visitação das Igrejas dos Concelhos de Faro, Loulé e Aljezur pertencentes à Ordem de Santiago, 1565*, in *Al-'ulyã*, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé nº8, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 2001/02.

OLIVEIRA, Ataíde, *Monografia do Concelho de Loulé*, Faro, Algarve em Foco, 1989.

OLIVEIRA, Luís Filipe, *Caminhos da terra e do mar no Algarve Medieval in Actas das I Jornadas, as vias do Algarve da Época Romana à Actualidade*, São Brás de Alportel, Câmara Municipal de São Brás de Alportel / CCDR Algarve, s.d.

SERRA, Pedro, *Loulé história e expansão urbana*, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 1996.

TEIXEIRA, Francisco Manuel de Almeida Correia, *A Arquitectura Monástica e Conventual feminina em Portugal nos séculos XIII e XIV*, Faro, Universidade do Algarve, 2007.

TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago, *A Arte Islâmica no Ocidente Andaluz, História da Arte Portuguesa vol. I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.

TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago, *O Legado Islâmico em Portugal*, s.l., Círculo de Leitores, 1998.

VARELA, Henrique Marreiros Varela *et alii* “A igreja matriz de Loulé. Um templo pré-gótico ou uma mistura de vários estilos?”, in Al-‘ulyã, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé nº2, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 1993.

Visitação da Ordem de Santiago ao Algarve (1517-1518), in Al-‘ulyã, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé nº5, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 1996.

Consultas Online

SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, Inventário de Património, 2011, disponível em:

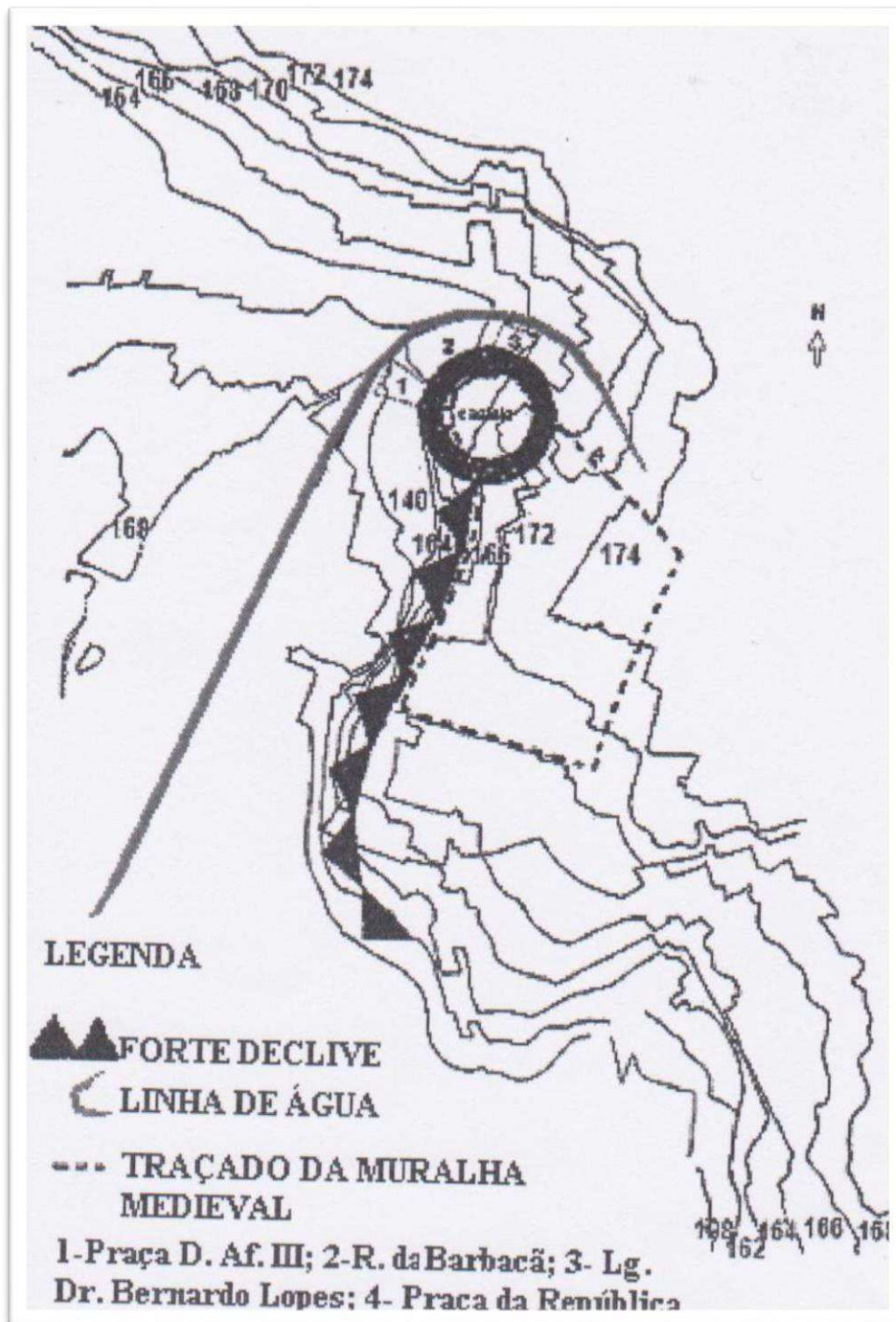
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2900, acedido 26/02/2012.

Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, disponível em:

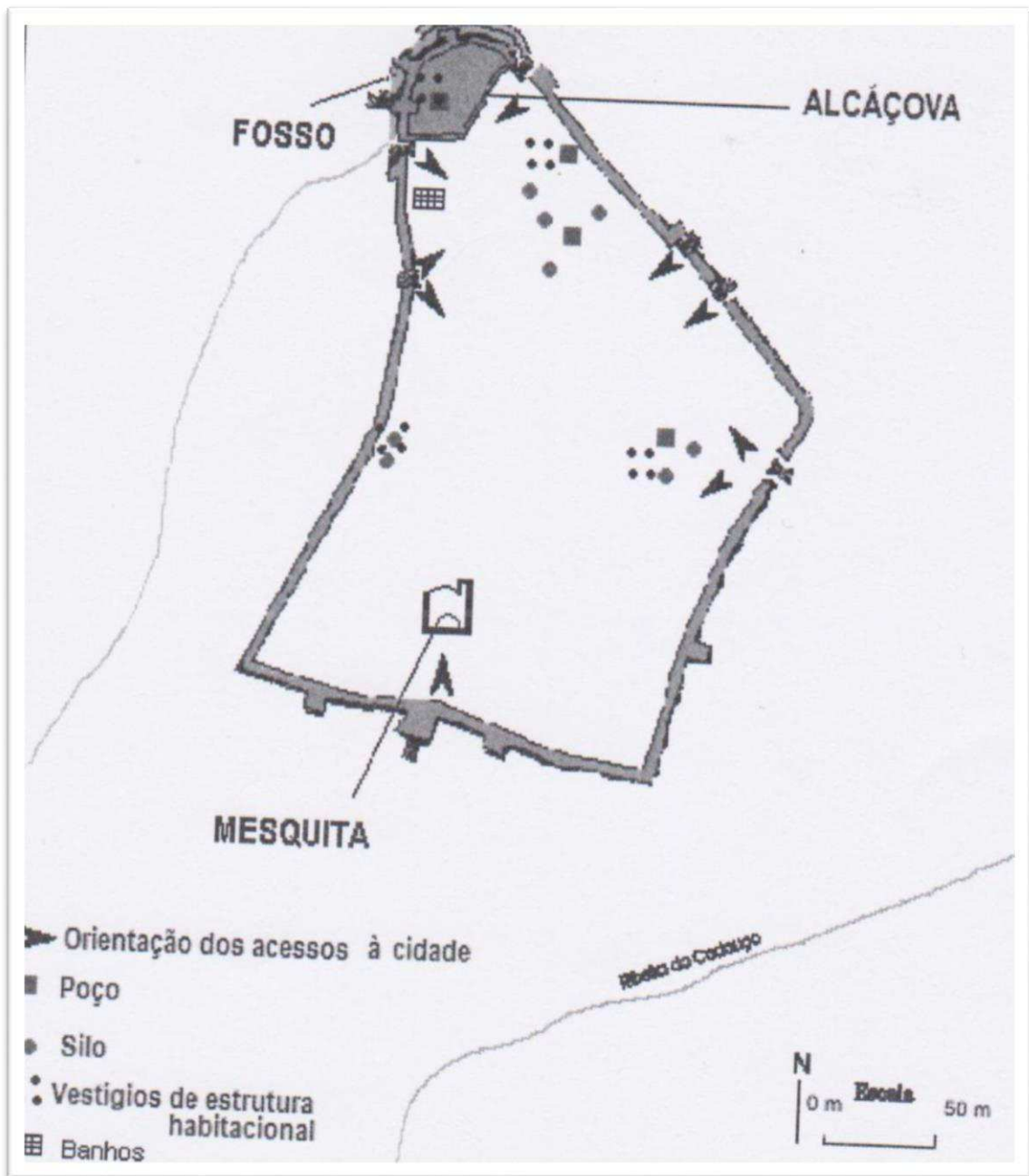
<http://www.igespar.pt/en/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70412/>, consultado a: 30/02/2012.

ANEXO I
MAPAS e PLANTAS

,



Planta 2 - Planta com o traçado da muralha de Loulé medieval
Fonte: Maria de Fátima Botão, *A construção de uma identidade urbana no Algarve medieval - o caso de Loulé*, s.l., Caleidoscópio, 2009



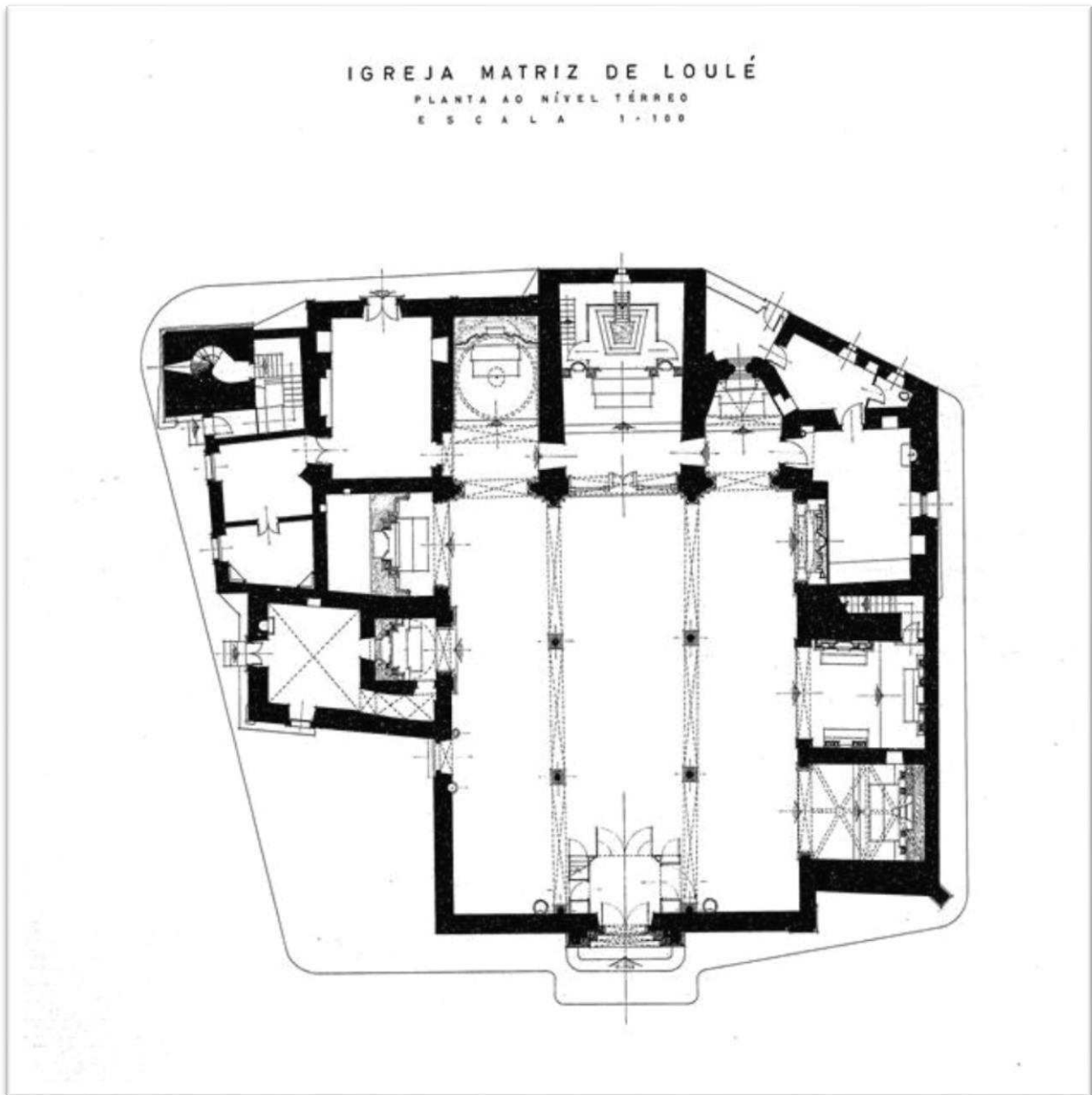
Planta 3 - Traçado aproximado das muralhas da cidade islâmica Al-'ulyã e localização da alcáçova

Fonte: Maria de Fátima Botão, *A construção de uma identidade urbana no Algarve medieval - o caso de Loulé*, s.l., Caleidoscópio, 2009



Mapa 1- Entre a muralha existente e o traçado hipotético, localizavam-se as Portas: Faro, da Vila (sul, norte), do Sol e a de Silves (nascente, poente)

Fonte: Susana Carrusca, *Loulé, O património artístico*, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 2001

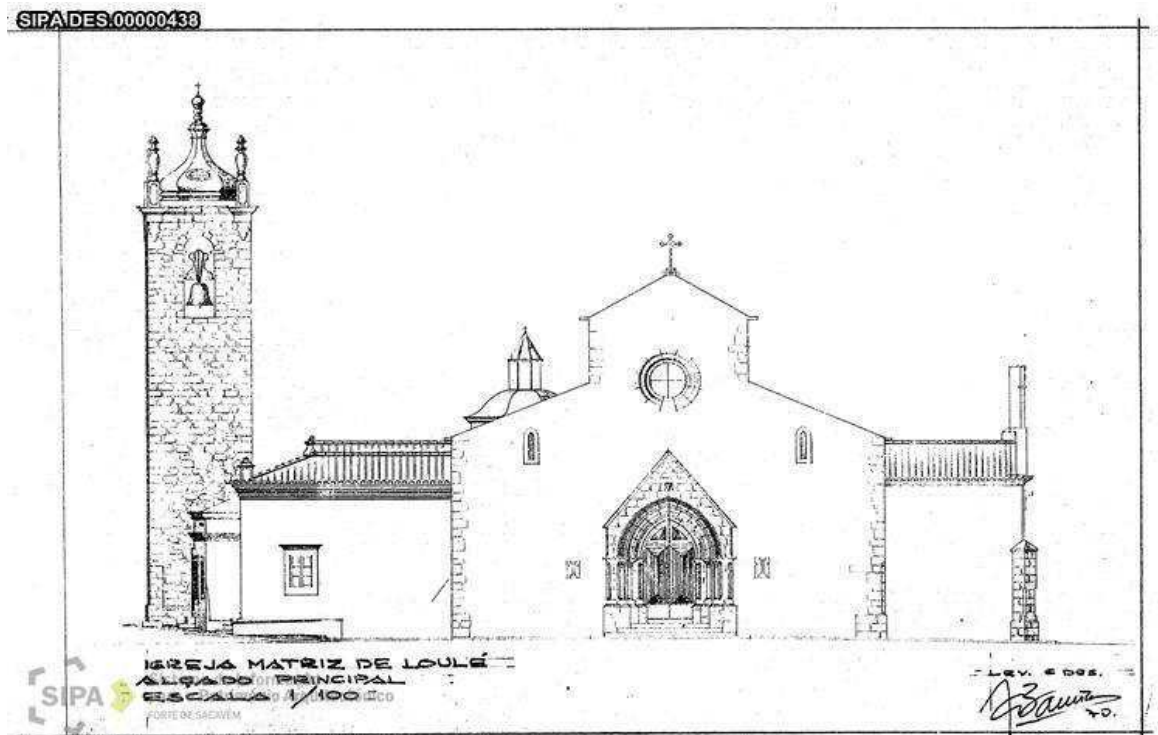
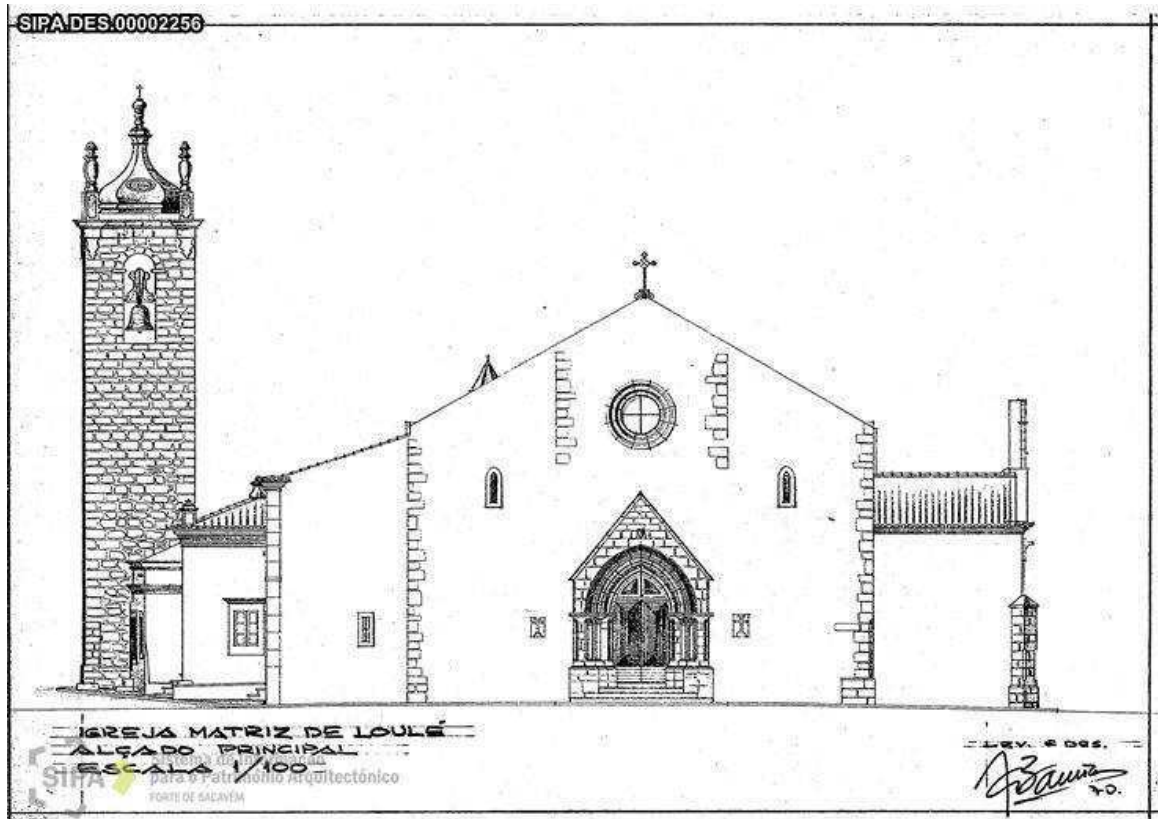


Planta 4 – Planta da Igreja de S. Clemente/ Igreja Matriz de Loulé

Fonte: SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, Inventário de Património, 2012

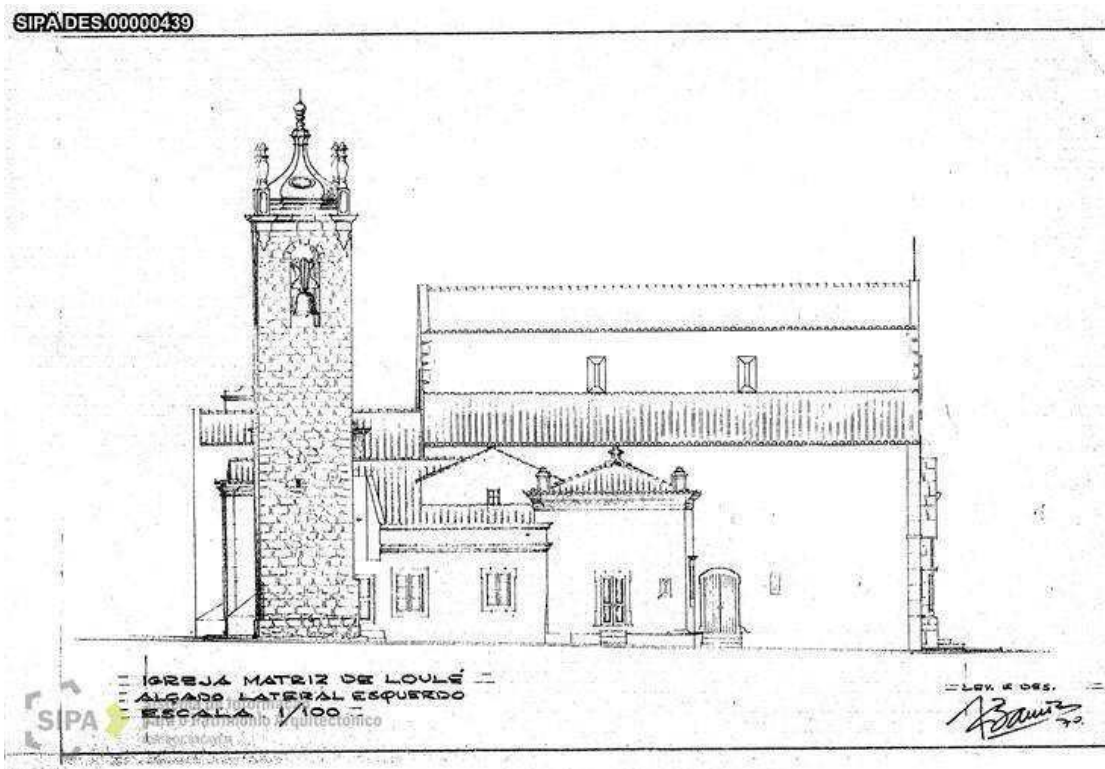
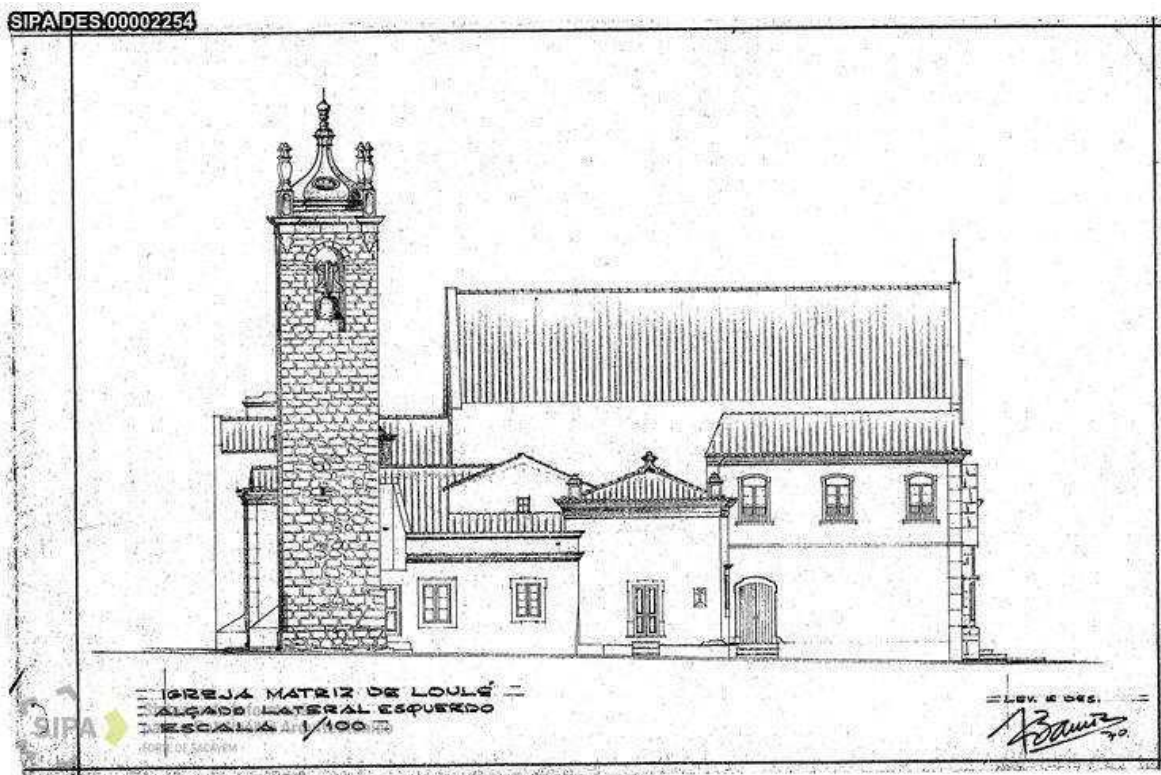
Planta: Escala 1/100

A Igreja de São Clemente de Loulé



Planta 4 e 5 – Plantas dos alçados Frontais (s.d.) da Igreja de S. Clemente/ Igreja Matriz de Loulé
Fonte: SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, Inventário de Património, 2012
Planta escala 1/100

A Igreja de São Clemente de Loulé



Planta: 6 e 7 - Plantas dos alçados, lateral esquerdo (s.d.) da Igreja de S. Clemente/ Igreja Matriz de Loulé

Fonte: SIPA

Planta escala 1/100

ANEXO II
FOTOGRAFIAS e ILUSTRAÇÕES

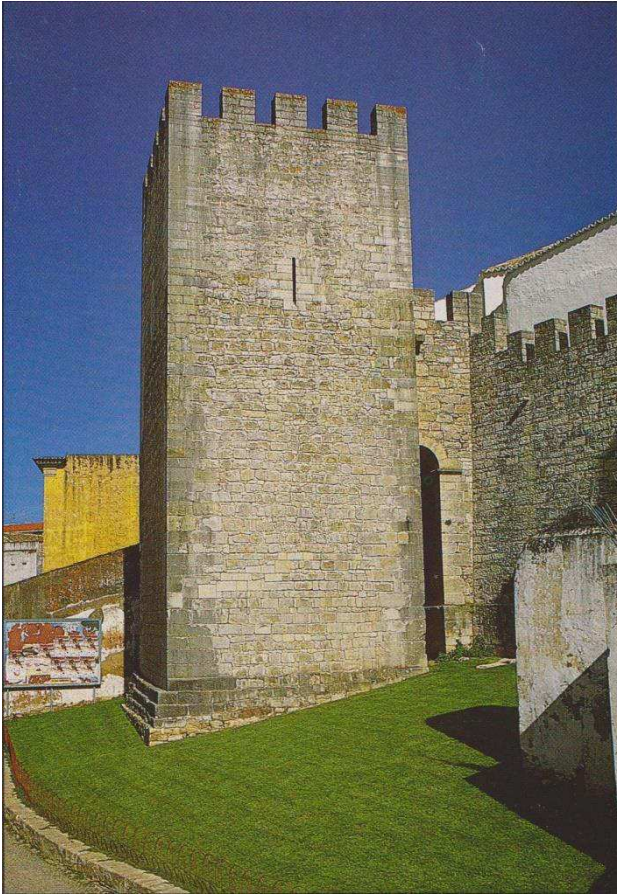
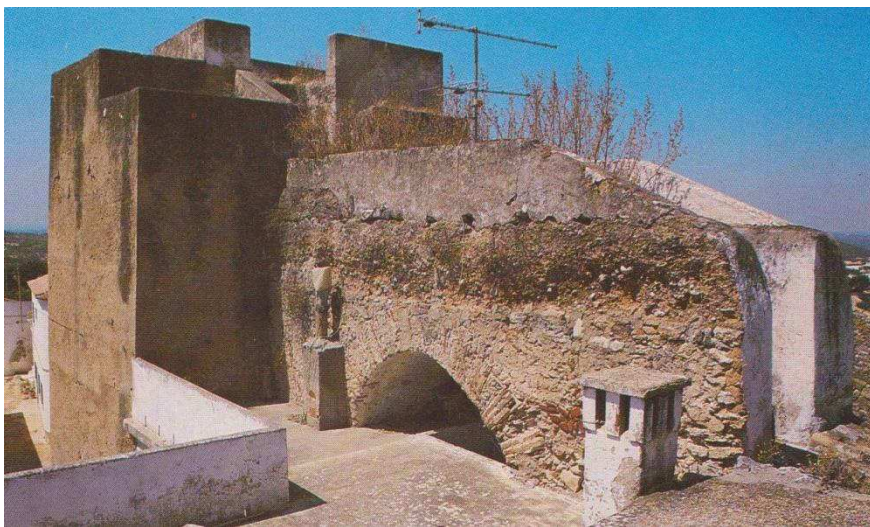


Fig.1 - Torre albarrã de Loulé construída em alvenaria

Fonte: Isilda Pires Martins, José Luís de Matos, *Muralhas de Loulé*, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 1986



Fig.2 - Torre rectangular construída sobre a muralha Fonte: Isilda Pires Martins, José Luís de Matos, *Muralhas de Loulé*, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 1986



Figs.3 e 4 – Torreão inteiramente feito em taipa, destacado da muralha e ligado a esta por uma pequena ponte, inserido hoje em dia no meio das construções, que o ocultam
Fonte: Isilda Pires Martins, José Luís de Matos, *Muralhas de Loulé*, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 1986



Fig.5 -Embasamento da torre sineira, antigo *alminar* da mesquita almóada, da *Al-'ulyã* (detalhe dos silhares almofadados).
Fonte: Vanda Pereira 2012



Fig.7 – Interior da Igreja de S. Clemente, com cobertura de madeira e vigamento à vista
Fonte: Vanda Pereira 2012

A Igreja de São Clemente de Loulé



Fig Fig.8, 9 e 10 – Coberturas da cabeceira da Igreja de S. Clemente: Capela lateral esquerda – cúpula; Capela-mor – abóbada de berço; Capela lateral direita abóbada artesoada
Fonte: Vanda Pereira 2012

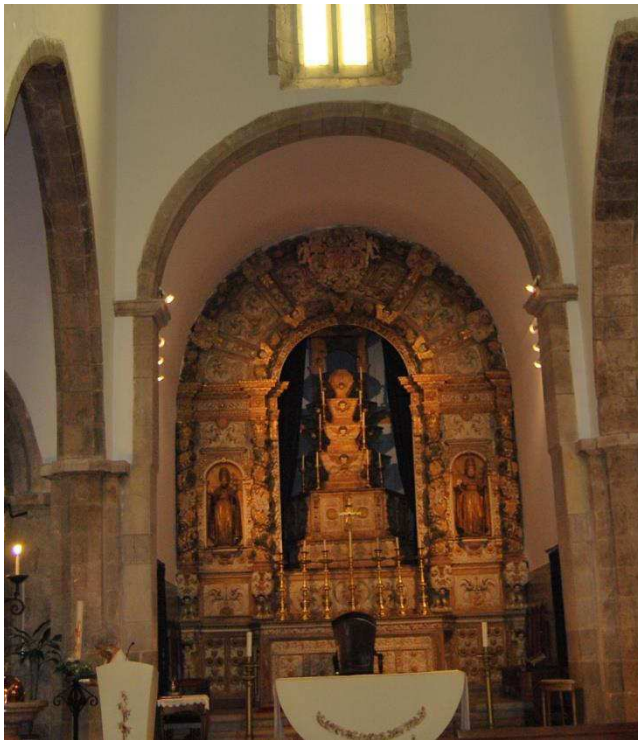




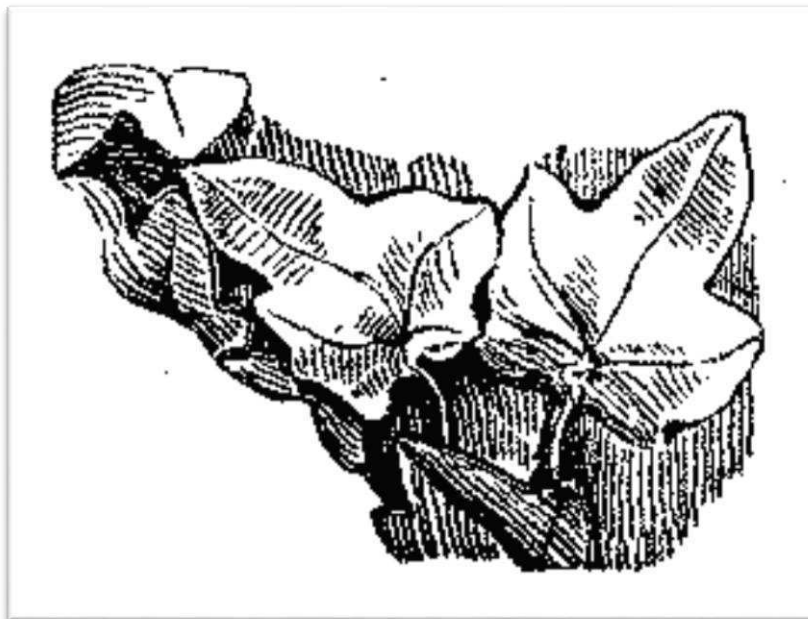
Fig.11 - Torre sineira, que aparece como corpo severo destacando-se da igreja (antigo *alminar* da mesquita almóada, da *Al-'ulyã*)
Fonte: Vanda Pereira 2012



Fig.12 - Óculo da Igreja de S. Clemente
Fonte: Vanda Pereira 2012



Fig.13 – Portal axial da Igreja de S. Clemente, inscrito sobre um gablete
Fonte: Vanda Pereira 2012



Figs. 20 e 21 – Folhas de videira e folhas de hera ilustrações
Fonte: Artista desconhecido em ambas as ilustrações



Figs. 23 e 24 – Freta desentaipada numa das campanhas de obras dos M.N e detalhe de uma das frestas da igreja na atualidade

Fontes: SIPA anos 61/70 do século XX;

Vanda Pereira 2012



Fig.25 - Portal lateral da Igreja de S. Clemente
Fonte: Vanda Pereira 2012



Fig.26 - Vista Lateral esquerda da Igreja de S. Clemente em 1961 (antes do início da campanha de obras)
Fonte: SIPA



Fig.27 - Vista Lateral esquerda da Igreja de S. Clemente depois de 1961 (depois do início da campanha de obras) com uma das frestas desentapadas assim como o portal lateral posto a descoberto
Fonte: SIPA



Fig.28 - Vista Lateral esquerda da Igreja de S. Clemente de 1973 (depois da conclusão da campanha de obras)
Fonte: SIPA



Fig.29 - Vista interior da nave central e da nave lateral esquerda da Igreja de S. Clemente, onde é a magnífica espacialidade é marcada pelas finas colunas que separam as naves (observam-se os dois tambores que formam as colunas)
Fonte: Vanda Pereira 2012



Fig.30 - Vista interior da nave lateral direita e parte da nave central, da Igreja de S. Clemente,
Fonte: Vanda Pereira 2012



Figs.31 e 32 – Coluna uma das naves da igreja com restos de policromia ainda visíveis, e coluna embutida na parede, próximo da entrada da igreja
Fonte: Vanda Pereira 2012



Fig.33 – Interior da igreja em obras, que datam de 1941
Fonte: SIPA



Fig.34 - Interior da igreja em 1942
Fonte: SIPA



Fig.35 - Interior da igreja em 1984
Fonte: SIPA



Fig.36 – Fachada principal de S. Clemente em obras em 1970
Fonte: SIPA

ANEXO III
DOCUMENTOS

Tabela sobre a organização espacial das capelas e altares na Igreja de S. Clemente

| | | | | | | | | |
|--|---|---|--|--|---|--|--|--|
| Visitação de 1517-1518 Suplemento da Revista al-'ulyã | A capela-mor é abobadada e nela encontra-se o altar-mor em alvenaria; sobre ele está a imagem de S. Clemente (sobre esta capela está uma campainha e um campanário) | No Evangelho: capela abobadada dedicada a Nossa Senhora, com altar em alvenaria e imagem da Nossa Senhora | Na Epístola: capela de Santo António, abobadada com altar em alvenaria com retábulo pequeno de portas, com a imagem na Nossa S ^a da Piedade (a sacristia está pegada a esta capela) | Na parede da porta Sul, encontram-se vários altares em arcos metidos na parede | | | | |
| Visitação das Igrejas do Concelho de Loulé pertencentes à Ordem de Santiago 1518 | A capela-mor ficou prevista uma pintura nova em retábulo com as imagens da Nossa Senhora e o Menino ao colo (na parte do Evangelho), São Clemente e Santiago (na parte da Epístola) | Capela de Nossa Senhora | Capela de Santo António | | | | | |
| Visitação da Ordem de Sant'iago às Igrejas do Concelho de Loulé no ano de 1534 | Não contém informação relativa aos altares | | | | | | | |
| Visitação de Igrejas Algarvias Ordem de Santiago 1534 ADEIPA | A capela principal é abobadada em alvenaria de uma só chave e contém as armas do | Do lado Norte: capela abobada de alvenaria de cruz, as paredes do mesmo com | No lado Sul existe outra capela com abóbada de berço de alvenaria – altar de alvenaria | Saindo da capela principal, da banda norte existe um púlpito de alvenaria | Do lado Norte há uma capela de abóbada de alvenaria com | O lado Norte tem uma capela quadrada de abóbada de | | |

A Igreja de São Clemente de Loulé

| | | | | | | | | |
|---|--|--|---|--|--|---|---|--|
| | reino – contém um altar e sobre ele um retábulo de três painéis e no painel do meio um crucifixo; sobe-se a ela por cinco degraus e o arco da capela é em pedraria | chaves e contém um altar com a imagem da Nossa Senhora | com painel de portas com a imagem da Nossa S ^a da Piedade e de São João | | chaves, arcos e sobrearcos que tem um altar, que se sobe a ele por dois degraus com tabuleiro com a imagem de São Clemente | alvenaria com arcos, chaves e represas de pedraria e possui um altar de alvenaria e um retábulo de seis painéis com molduras | | |
| Visitações das Igrejas dos Concelhos de Faro, Loulé e Aljezur pertencentes à Ordem de Santiago 1565 | A capela-mor é abobadada e tem um altar de alvenaria, com cinco degraus e um retábulo pintado e dourado, de três painéis com crucifixo no do meio; O Santíssimo Sacramento está no altar-mor, ao pé do retábulo; Sobre a capela-mor está uma campainha e um campanário | Do lado do Evangelho, da capela-mor está uma capela abobadada devota à Nossa S ^a , com um retábulo muito velho e despintado | Do lado do Evangelho ao lado desta está outra capela abobadada, de invocação a S. Brás, com um altar em alvenaria e um retábulo pintado e dourado por partes, novo de cinco painéis e nele um encaixe com a imagem de S. Brás | Do lado da Epístola está outra capela de abóbada, de invocação a Santo António, com um retábulo pequeno de portas despintadas em cima do altar | Nas ombreiras, junto do arco do cruzeiro estão dois altares de alvenaria: Na parte do Evangelho está nele um crucifixo muito velho e uma imagem de Nossa S ^a e outra de S. João muito velhas; - E o da outra parte é de invocação a Nossa S ^a com um retábulo pintado e dourado novo | Junto da porta da sacristia, está um altar embutido num arco da parede, que poderá ser de invocação da Ressurreição (a sacristia esta do lado da Epístola) e à mão direita, está uma capela abobada de invocação a Nossa S ^a da Consolação | A capela de Pader-na está num jazigo, entrando pela porta do sol, à mão direita | |
| Visitação de 1565 descrita por Ataíde de Oliveira E em 1989 organização da igreja | Refere tudo o que foi dito na visitação anterior. Na frente e ao centro o altar-mor | Ao lado da Epístola o altar de Santo António | No Evangelho o altar do Santíssimo Sacramento | No lado da Epístola está ainda o altar do Senhor Jesus, o altar da Nossa S ^a do Carmo e da Nossa S ^a do Rosário | Na Epístola também está o altar da Nossa S ^a da Boa Morte, anteriormente da Nossa S ^a da Consolação | No lado do Evangelho está o altar do Sagrado coração de Jesus | No lado do Evangelho está o altar das Almas | |
| | | | | | | | | |

A Igreja de São Clemente de Loulé

| | | | | | | | | |
|---|--|--|---|---|---|--|---|--|
| Memórias Paroquiais do concelho de Loulé de 1758 al-'ulyã | O altar-mor com tribuna de entalho Dourado. | O altar do Santíssimo Sacramento e a sua confraria | Altar de São Brás | Altar das Almas e a sua confraria | Do lado esquerdo tem o altar de Santo António e o jazigo da família dos Aragöis | Do lado direito, o altar da Senhora da luz e a sua confraria | Outro de São Crispim e de São João e a confraria pobre | Um outro altar da Senhora do Terço e outro da Nossa S ^a da Consolação |
| Pedro Freitas 1972 | A capela-mor ao fundo na nave central com retábulo barroco (séc. XVIII) com as imagens de S. Clemente e S. Pedro | Na nave da esquerda a capela das Almas (1591) | Na nave da esquerda a capela de S. Brás | Ao lado esquerdo da capela-mor está a capela do Santíssimo Sacramento | Na nave da direita ao fundo a capela de Santo António | Na nave da direita a seguir a da Nossa S ^a de Lourdes e um capela com 3 altares – Nossa S ^a do Carmo, Coração de Jesus e S. José | A fechar a nave direita junto ao pörtico de entrada, a capela de Nossa S ^a da Consolação (ou Da Boa Morte) | |

SIPA TXT-00275288

DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DOS MONUMENTOS NACIONAIS

MEMÓRIA

IGREJA MATRIZ DE LOULÉ

OBRAS DE CONSOLIDAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RESTAURO

Consta esta memória de obras de consolidação, conservação e restauro, na Igreja Matriz de Loulé.

Serão demolidas as abóbadas existentes, que substituíram as estruturas dos tectos das naves laterais e central e construídos tectos em madeira, com barrotes arrincados, para ficarem à vista.

A telha do tipo marselha será substituída por telha românica e telha portuguesa da região, esta nas coberturas e aquela nos canais, assentes sobre o guarda-pó, em soalho de centímetro e meio de espessura.

A madeira será bem seca, ou tratada na estufa e impregnada de carbonilo antes da aplicação.

Antes destas operações far-se-á a consolidação da parede da fachada principal, sua ligação com as paredes que dividem as naves, desentaipamento das frestas que se situam nestas paredes e por cima dos arcos.

Aquela consolidação será feita com elementos de betão armado de harmonia com as possibilidades do espaço.


A zona a tratar ocupará o corpo principal da Igreja (3 naves), a capela-mor e as duas capelas laterais, não abrangendo portanto as capelas anexas e arrecadações.


O custo dos trabalhos foi orçado em Esc: 333 820\$00, e a sua discriminação encontra-se nos mapas de medições.

Lisboa, em 4 de Novembro de 1969

O ADJUNTO TÉCNICO DE ENGENHARIA CIVIL


O ARQUITECTO CHEFE DA SECÇÃO

 O ARQUITECTO CHEFE DA DIVISÃO


O ARQUITECTO DIRECTOR DOS SERVIÇOS



Sistema de Informação
para o Património Arquitectónico
FORTE DE SACAVÉM

Mod. 15

SIPA TXT:00275724

CAPITULO II – COBERTURAS

2.1 - Revisão de todas as coberturas do edifício, com limpeza e substituição de telhas partidas, limpeza de caleiras e gárgulas, incluindo rectificação de todos os remates da cobertura em empenas, beirados, cumeeiras e transporte de entulhos e todos os trabalhos e remates necessários.

2.2 – Substituição de rebocos e aplicação de rufos de chapa de zinco em todos os remates a empenas, e todos os trabalhos necessários.

2.3 – Nos terraços, limpeza geral e substituição de tijoleiras degradadas por novas do mesmo tipo e dimensão, substituição das argamassas das juntas e revisão de todos os remates, remoção de entulhos a vazadouro e todos os trabalhos necessários.

2.4 – Aplicação de produto impermeabilizante tipo "Aguasil", "Silick-lis" ou similar nos terraços, incluindo adequada preparação das superfícies, e aplicação conforme indicações técnicas do produto, que deverá ser previamente aprovado pela DREMS.

2.5 – Em todas as caleiras, remoção de rebocos degradados, execução de novos rebocos com aditivo hidrofugo, e aplicação de pintura armada tipo "GUMASIL", e todos os remates e acessórios necessários.

2.6 – Na abóbada do lanternim, substituição de rebocos degradados, com utilização de argamassas de cal hidráulica e areia e aditivo hidrófugo, com acabamento estanhado, e pintura após primário com tinta hidrorrepelente tipo "CINOLITE GR", e todos os remates necessários.

2.7 – Desmontagem do lanternim de ferro existente, e armazenamento em estaleiro para posterior tratamento.

SIPA TXT.00275864

III - IGREJA MATRIZ DE LOULÉ

Plano de trabalhos para o ano de 1955.

- Reparação geral dos telhados, muito deteriorados pelos últimos temporais.
- Restauro e consolidação da torre sineira, incluindo picar e reboco no exterior e refechar juntas de cantaria, e no interior a reconstrução do reboco e reparação da escada.
- Reconstrução dos cabeçotes dos sinos.
- Construção de um púlpito.
- Construção e assentamento de um vitral.
- Limpeza de cantarias e caixões.
- Pintura de portas e caixilhos incluindo a sua reparação.

Para estes trabalhos julga-se necessária a importância de 80.000\$00 - OITENTA MIL ESCUDOS.

Évora, 3ª Secção da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, em 25 de Março de 1955.

O ARQUITECTO CHEFE DA SECÇÃO

António



Sistema de Informação
para o Património Arquitectónico
FONTE DE SACAVEM

SIPATXT:01459121
DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
DIRECÇÃO DOS MONUMENTOS DO SUL

MEMÓRIA

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

Refere-se esta memória ao orçamento por estimativa de "IGREJA MAIRIZ DE LOULÉ - RECONSTRUÇÃO DO TELHADO DE UMA CAPELA E REPARAÇÃO DE UMA PORTA - CONCELHO DE LOULÉ - DISTRITO DE FARO", obra do Capº.6º. Artº.99º. Nº.9 - Serviços Culturais -- Conservação e Aproveitamento de Bens, com a dotação de 50 000\$00.

Para conclusão das obras de consolidação e restauro anteriormente efectuadas nesta igreja, prevê-se no ano corrente proceder à reconstrução do telhado de uma capela, reparação da porta da sacristia e outros pequenos trabalhos complementares.

Os trabalhos a executar são os seguintes:

- Apeamento dos telhados em mau estado da capela em referência;
- Construção de betão armado em lintéis da nova cobertura;
- Construção da esteira de telhado da nova cobertura, empregando vigotas de betão pré esforçado e lajetas cerâmicas;
- Isolamento com produto asfáltico da esteira anteriormente referenciada;
- Construção do novo telhado da capela, empregando telhas românicas em canais e telhas portuguesas em cobertas;
- Reparação de telhados na zona adjacente;
- Reparação da porta da sacristia, compreendendo a substituição de peças em mau estado e pintura;
- Pintura dos cabeçotes dos sinos;
- Fornecimento e assentamento de uma fechadura para uma porta;
- Pintura com três demãos de tinta de óleo em portas, caixilhos e grades de ferro.

Estes trabalhos que se descrevem pormenorizadamente no orçamento importam na quantia total de 52 000\$00 - CINQUENTA E DOIS MIL ESCUDOS -, incluindo 4% para administração e fiscalização.

Évora, Direcção dos Monumentos do Sul, em 20 de Fevereiro de 1975

O ARQUITECTO DIRECTOR,
[Assinatura]

VISTOS:
O ARQUITECTO CHEFE DA DIVISÃO,
[Assinatura]

O ARQUITECTO DIRECTOR DOS SERVIÇOS,
[Assinatura]

SIPA Sistema de Informação para o Património Arquitectónico
Papelaria Nazareth - Évora Mod. 15

Doc. 4- Relatório da DGEMN referente a obras do ano 1975
Fontes: SIPA